



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARÍLIA KASPROVICZ

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
O PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO
MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE**

Londrina
2020

MARÍLIA KASPROVICZ

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
O PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO
MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

K19 Kasprovicz, Marília.
Psicologia e Assistência Social : O psicólogo na Proteção Social Especial no município de pequeno porte / Marília Kasprovicz. - Londrina, 2020.
81 f.

Orientador: Alexandre Bonetti Lima.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Psicologia Social - Tese. 2. Assistência Social - Tese. 3. Proteção Social Especial - Tese. I. Lima, Alexandre Bonetti. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

MARÍLIA KASPROVICZ

**PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
O PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO
MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Eneida Silveira Santiago
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Roberth Miningue Tavanti
Fundação Getúlio Vargas de São Paulo - FGV

Londrina, 28 de fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho a Hellen, Giane e
Antônio, pelo apoio constante.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço aos meus pais, Giane e Antônio, que sempre incentivaram a minha curiosidade e gosto por conhecer.

A Hellen, pela força e companheirismo durante essa caminhada, por estar ali durante as correrias, as madrugadas sem sono, e todos os momentos importantes desses últimos anos.

Ao meu orientador, Alexandre, não apenas pela orientação realizada, mas pela energia que transmitia a cada novo encontro, e que me motivava a seguir.

Aos colegas do mestrado que fizeram esse caminho comigo, que não me deixaram desistir, e os quais posso ter passado um curto tempo junto, mas que sempre estarão na memória.

Aos professores que participaram dessa construção, pela dedicação e por compartilhar de sua sabedoria.

Gostaria de agradecer também todas aquelas pessoas que contribuíram para que essa pesquisa pudesse ser feita, em especial meus colegas Hugo e Amanda, que me auxiliaram neste caminhar.

KASPROVIZ, M. **Psicologia e Assistência Social: O psicólogo na Proteção Social Especial no município de pequeno porte.** 2020. 76 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Nos últimos 10 anos, a Psicologia teve uma grande inserção no campo das políticas sociais, em específico a Política de Assistência Social. Com a expansão dessa política para todo o Brasil, o psicólogo começou a lidar com questões da prática diferentes da prática clínica tradicional, assim necessitando construir novos conhecimentos sobre seu campo de atuação. Uma das possibilidades de atuação é a Proteção Social Especial, onde o profissional é chamado para atender sujeitos que tiveram seus vínculos familiares e comunitários fragilizados devido a violências ou que sofreram violações de seus direitos. Em municípios de Pequeno Porte I (com até 20.000 habitantes), os profissionais podem estar alocados tanto em Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) municipais ou regionais, ou fazerem parte do Órgão Gestor da Assistência Social, se não houver necessidade de estabelecer o referido equipamento. Considerando isso, esta pesquisa teve por objetivo investigar a práxis de um psicólogo atuante na equipe de referência da proteção social especial em um município de pequeno porte, não vinculado com o equipamento CREAS. Para tal, foram realizadas observações do serviço cotidiano, conversas e entrevistas com profissionais e usuários. Com a pesquisa no cotidiano, foi possível pensar no papel do psicólogo nesse campo, questões como a interdisciplinaridade e intersetorialidade no campo, e reflexões acerca do cotidiano deste lugar. Por meio da pesquisa foi possível discutir questões como sobrecarga de funções e a importância da atuação focada no território. Por fim, destaca-se que essa pesquisa teve como foco um lugar em específico, buscando as particularidades do local, assim sendo encorajado mais estudos na área.

Palavras-chave: Psicologia Social. Proteção Social Especial. Assistência Social..

Kasproviz, M. **Psychology and Social Work: the Psychologist in the Special Protection in a small municipality.** 2020. 76 p. Dissertation (Masters in Psychology) - State University of Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

In the last 10 years, Psychology has had a great insertion in the field of social policies, specifically the Social Assistance Policy. With the expansion of this policy across the country, psi practitioners began to address issues regarding practice that differed from the traditional clinical practice, thus needing to build new knowledge about their field. One possibility for work is the Special Social Protection, where the professional is called to attend to people who have had their family and community ties weakened and suffered violence or violations of their rights. In small municipalities (until 20,000 inhabitants), the workers may be located in either municipal or regional Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS), or be part of the Social Welfare Management Body, if there is no need to establish such equipment. Considering this, the research aims to investigate the praxis of a psychologist working in the Special Social Protection reference team in a small municipality, not linked to the CREAS equipment. To this end, observations of the daily service, conversations and interviews with professionals and users were carried out. With the research of everyday life, it was possible to think about the role of the psychologist in this field, issues such as interdisciplinarity and intersectoriality in the field, and reflections about the daily life of this place. Through research it was possible to discuss issues such as overload of functions and the importance of professional performance focused on the territory. Finally, it is noteworthy that this research focused on a specific place, seeking the particularities of it, thus encouraging further studies in the area.

Keywords: Social Psychology. Special Social Protection. Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-------------------|----------------------|----|
| Figura 1 – | Mapa da cidade | 45 |
|-------------------|----------------------|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| CNAS | Conselho Nacional de Assistência Social |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| CREPOP | Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LOAS | Lei Orgânica da Assistência Social |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social |
| NOB/RH | Norma Operacional Básica de Recursos Humanos |
| NOB/SUAS | Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social |
| PAEFI | Serviço de Proteção Especializado à Famílias e Indivíduos |
| PAIF | Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA | 12 |
| 2.1 | DIREITOS HUMANOS: CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL | 12 |
| 2.2 | DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA..... | 15 |
| 3 | POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 21 |
| 3.1 | CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL..... | 21 |
| 3.2 | SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO..... | 23 |
| 3.3 | A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL..... | 27 |
| 4 | O PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE | 32 |
| 4.1 | MARCOS LEGAIS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL | 32 |
| 5 | METODOLOGIA | 40 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 48 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| | REFERÊNCIAS | 68 |
| | ANEXOS | 72 |
| | ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - psicólogo | 73 |
| | ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – usuários e outros profissionais..... | 75 |

1. INTRODUÇÃO

Na Política Nacional de Assistência Social, está previsto que todos os municípios devem possuir uma equipe de referência da Proteção Social Especial, preferencialmente localizada no Centro de Referências Especializado da Assistência Social – CREAS (podendo este ser municipal ou regional). Não havendo nenhum desses equipamentos, a equipe pode estar vinculada ao Órgão Gestor da Assistência Social no município, se não houver justificativa para o estabelecimento de um CREAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2011). Para além disso, segundo as normativas, os únicos municípios que podem escolher se estabelecem um CREAS municipal ou não, de acordo com a sua demanda, são os municípios de Pequeno Porte I, ou seja, com até 20.000 habitantes.

No estado do Paraná existem, até a data aqui referida, 399 municípios, e cerca de metade deles são considerados municípios de Pequeno Porte I. No Censo SUAS 2018 (Ministério da Cidadania, 2019) foram contabilizados no estado 77 CREAS municipais, e nenhum CREAS regional. Assim, com esses dados, podemos inferir que a maioria dos municípios paranaenses não possuem o equipamento do CREAS, podendo referir sua demanda para equipes municipais ou, algumas vezes, para serviços de outras localidades, por meio de acordos intermunicipais.

Levando em conta que, independente do porte do município e onde está alocada a equipe de referência da Proteção Especial, a normativa coloca a obrigatoriedade do psicólogo na equipe mínima (MDS, 2005b). Se todos os municípios do Paraná estiverem de acordo com essa normativa, provavelmente existem, minimamente, mais de 300 psicólogos que atendem a Proteção Social de Média Complexidade vinculados ao Órgão Gestor, e não a um CREAS. Mas será que essa condição implica em especificidade, em algum nível, na atuação do Psicólogo nesse serviço? É isso que se propôs essa pesquisa: investigar sobre a prática de um psicólogo na Assistência Social, na Proteção Especial de Média Complexidade, em uma

cidade de pequeno porte, onde esse serviço é ofertado por equipe de referência localizada no Órgão Gestor da Assistência Social.

A motivação para tal estudo veio de minha experiência como trabalhadora da Assistência Social em um município de pequeno porte. Os desafios que tive em minha atuação me instigaram a pesquisar, pois já trabalhei nas condições referidas. Deste modo, este trabalho tem uma intenção de contribuir para a construção de conhecimento na área, de forma a auxiliar outros trabalhadores da área a refletirem sobre suas realidades e práticas profissionais. Por isso, para além de uma pesquisa em profundidade na situação referida, essa é uma pesquisa que visa colocar em evidência essa possibilidade de trabalho do profissional psicólogo, e assim contribuir para a construção do conhecimento da área na Assistência Social.

Além disso, com o desmonte das políticas de seguridade social que temos presenciado nos últimos anos, esse trabalho também tem como posição política o evidenciamento do lugar em que se coloca a Assistência Social, como Política importante para a população brasileira, no contexto de uma sociedade capitalista e neoliberalista que estamos, até o momento, nessa primeira metade do século XXI. Entretanto, é importante fazer isso de forma crítica, considerando os diversos discursos que transitam pela área, para desta forma proporcionar transformações e mudanças para a população atendida.

2. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

A Constituição Federal de 1988 foi construída a partir da concepção de Direitos Humanos, e os mais diversos tratados e as cartas relativos ao assunto são utilizados como parâmetros para avaliar instituições e práticas dentro da sociedade brasileira. Para além disso, os Direitos Humanos têm suma importância no fazer do Psicólogo no Brasil. Para além do fato de que os princípios norteiam o Código de Ética do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005), o profissional da área é constantemente chamado para lidar com questões que se referem aos Direitos Humanos e, especialmente, no âmbito do fazer nas políticas públicas.

A atuação junto à essa área exige, além do conhecimento relativo ao campo, uma postura política por parte dos profissionais, que contemple o lutar pelos direitos da população, posicionando-se, se necessário, contra o próprio Estado. Por postura política refere-se à necessidade do psicólogo compreender que seu fazer profissional não é neutro, e sim é feito com base na defesa de certos interesses, que neste caso são relativos à possibilidade de que todos os cidadãos sejam efetivamente contemplados em seus direitos.

Para discutir isso, primeiramente será discorrido sobre a noção de direitos humanos, uma breve consideração de suas raízes e questões pertinentes ao tema. Em seguida, esse conceito será relacionado com o conceito de cidadania, sendo colocadas algumas definições e relacionado como a noção de cidadão incide na construção do sujeito

2.1 DIREITOS HUMANOS: CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL

Todo marco deve ser considerado em suas interfaces históricas, sociais, culturais e econômicas. Os direitos humanos como conhecemos hoje podem ter seus precursores traçados muito antes dos revolucionários franceses e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e da promulgação da Declaração de 1948, mas como o objetivo deste trabalho não é

debruçar intensamente sobre o assunto, será dito apenas sobre a história recente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos teve o seu primeiro tratado lançado em 1948, pouco depois da concretização da Organização das Nações Unidas, em 1945, sendo efetivada em razão das pressões do pós-guerra, consagrando a noção contemporânea de direitos humanos (Trindade, 2011). A carta coloca os direitos como ideias que todas as nações devem respeitar e promover (Organização das Nações Unidas, 1948). Após esse fato, ao longo do século XX, quase todos os países incorporaram a nova lógica dos direitos humanos em suas constituições e diretrizes infraconstitucionais (Trindade, 2011).

Em vista disso, é importante ressaltar que a noção de direitos humanos e necessidade de proteção destes nasceu em tempos históricos nos quais o regime dominante era o liberalismo (Carrara, 1996). Isso significa que eles foram construídos sob a ótica de uma sociedade que considera a liberdade e a propriedade privada como os maiores bens que um ser humano pode ter. Como discorre Boaventura Souza Santos, em seu livro *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*, os Direitos Humanos foram construídos em um espaço tempo (no caso a sociedade moderna ocidental e capitalista), sendo que os valores dessa época que foram o parâmetro da dignidade humana que imperou acima de outras possibilidades de consideração da existência humana, e que se tornou vigente até os dias atuais (Santos, 2013). Podemos observar isso quando dentro das garantias dos direitos humanos ocidentais estão inclusos direitos à propriedade privada, direito ao casamento, ao trabalho assalariado, entre outros, que, para nós no período histórico que ora nos encontramos são razoáveis, mas nem sempre foram considerados prioridades para outras sociedades humanas.

Os fundamentos colocados por essa lógica devem ser pensados criticamente, não de forma a desmerecê-los, mas sim de entender quais nuances estão permeadas nos preceitos. Por exemplo, a noção de universalismo dos direitos humanos, entendido aqui como a concepção de que todos sujeitos têm as mesmas necessidades e os mesmos objetivos, pode acabar por

ofuscar populações com diferentes formatos, já que sua fundação se dá pelo ponto de vista do ocidente, levando-nos a refletir de que modo a alteridade e outras formas de pensar a dignidade humana estão sendo ponderadas dentro dessa racionalidade (Santos, 2013). Podemos falar aqui do Movimento Sem Terra. Este é um movimento a favor da reforma agrária, cuja estratégia política se faz, entre outras, com a ocupação de terras não produtivas, problematizando o direito à propriedade e simultaneamente levantando questões sobre a legitimidade de latifúndios improdutivos em um país com inúmeros agricultores sem terras para cultivar e sem, nem mesmo, moradia digna para viver.

Outro ponto a ser discutido é o quanto de fato os direitos humanos alcançam as mais diversas populações existentes. Santos (2013) coloca que a maior parte da população mundial não é sujeito de direitos humanos, mas sim objeto do discurso de direitos humanos. Com isso ele chama a atenção para o fato de que, por mais que se tenha um discurso de que os direitos humanos são para todos, e estão aqui para o bem de todos, boa parte da população mundial não é contemplada por eles de forma concreta. Como coloca Boaventura Souza Santos (2013):

Ao longo dos últimos duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico-políticas de muitos países e foram reconceptualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado e aplicados coercitivamente pelos tribunais: direitos cívicos, políticos, sociais, econômicos e culturais. Mas a verdade é que a efetividade da proteção ampla dos direitos de cidadania foi sempre precária na grande maioria dos países. E a evocação dos direitos humanos ocorreu sobretudo em situações de erosão ou violação particularmente grave dos direitos de cidadania. (n.p.)

Assim, ao mesmo tempo que se fala da necessidade de expandir direitos e garantias à população, se trabalha em um sistema estruturado para que inúmeros grupos populacionais

sejam excluídos, onde a responsabilidade da exclusão é colocada sobre os próprios excluídos. Como exemplo disso temos o fato de que, no Brasil, cerca de 34% das residências não tem acesso a rede de esgoto, e 14% não tem acesso à rede de abastecimento de água (IBGE, 2018), sendo que o acesso ao saneamento básico é colocado na legislação como direito do cidadão (Constituição Federativa do Brasil, 1988).

Como Coimbra (2000) situa, existe uma noção de direitos humanos imutável que é corrente no discurso geral, que considera que todos os sujeitos têm acesso aos seus direitos para uma vida digna e humana, mas que essa noção é relacionada aos direitos das elites. Isso significa que mesmo que no nível do discurso (como ideia disseminada, nem sempre concreta) se fale que todos os cidadãos têm acesso aos mesmos direitos, no nível do concreto essa garantia é apenas para as elites. Deste modo, há uma grande parte da população que não tem a garantia desses direitos. Sem essa garantia, muitas vezes os direitos, não só humanos, mas civis, políticos e sociais são utilizados como moeda de barganha por agentes políticos (Carrara, 1996), deste modo perpetuando ainda mais a percepção de que aquilo não é de direito da maioria da população. Lembramos aqui das situações que são relatadas principalmente em comunidades menores, onde se tem uma proximidade maior com os representantes políticos. Não são raras as histórias de que alguém prometeu um atendimento médico, ou um remédio específico, se o sujeito votasse no candidato em questão.

2.2 DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Para que um sujeito tenha a possibilidade de requerer e buscar proteção das suas garantias de vida fundamentais, no âmbito legal, primeiramente ele deve ser reconhecido por algum Estado como membro efetivo daquela sociedade. Assim, os direitos só são acessíveis àqueles que são considerados cidadãos. De modo mais específico, o que define a cidadania para alguns autores é a possibilidade de participação democrática, como coloca Sawaia (1994)

Cidadania não é um modelo absoluto de felicidade, liberdade e necessidade, expurgado de todos os elementos particulares em nome da igualdade. Ela é potencialidade de ação coletiva e individual em prol do bem comum e do gozo particular. Para tanto, pressupõe a existência de comunidades livremente escolhidas, onde os homens discutem, escolhem e planejam formas plurais de vida. (p. 153)

A cidadania só existe dentro de um regime democrático (Chauí, 1985/2017), em razão da previsão de decisão por parte do povo dos rumos da sociedade por meio da participação política, estruturada dentro do sistema.

A democracia brasileira é recente, sendo que já levou duros golpes no período em que veio tentando ser implementada e fortalecida no país. Chauí (1985) afirma que o Brasil é e sempre foi uma sociedade autoritária, onde as leis são utilizadas para manter o privilégio de poucos. Assim, com uma construção tão frágil de democracia, há de se hipotetizar que o conceito de cidadania, por sua vinculação direta, também sofre com esse histórico.

Para pensar em uma cidadania brasileira, é necessária uma reflexão de suas raízes e peculiaridades no contexto estudado. Para essas considerações serão colocadas aqui as contribuições de Jessé Souza, pois estas se mostram promissoras para entender a socialização da população brasileira. Em seu livro *Subcidadania Brasileira*, o autor discorre sobre a construção da cidadania, mais especificamente, da subcidadania, em países da periferia. Amparado por Charles Taylor e Bourdieu, Souza faz uma releitura dos conceitos desses autores a partir do contexto específico do Brasil. Sua tese é que há um tipo de sociabilidade – que existe em todos os países, mas é mais presente em países da periferia – que constrói o chamado subcidadão. Essa parte da população pode ter, no papel, os mesmos direitos dos outros cidadãos, mas em termos de reconhecimento social são colocados em patamares inferiores aos outros ditos como merecedores do reconhecimento.

A partir da noção de habitus de Bourdieu, Souza (2018) e o diferencia em três tópicos: habitus primário, habitus secundário, e habitus precário. Esses são aprendizados pré-reflexivos, processados no âmbito da família, nos quais alguns são mais valorizados que os outros dentro da sociedade. Deste modo, a posição dos indivíduos começa a ser definida desde uma tenra idade, por questões materiais e de capital social, e pelo caráter sutil desse aprendizado, acaba por ser ocultado e naturalizado.

O habitus primário é conjunto de esquemas de avaliação internalizados, “São esquemas avaliativos compartilhados objetivamente, ainda que opacos e quase sempre irrefletidos e inconscientes, que guiam nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo” (Souza, 2018, n.p.). Esses aprendizados, segundo Souza, que permitem um senso de pertencimento e dignidade.

Abaixo do habitus primário em questão da “hierarquia” do reconhecimento social há o habitus precário, que

seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que um indivíduo ou um grupo social possa ser considerado produtivo e útil numa sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. (n.p.)

Com o habitus precário há a socialização e introjeção de aspectos de avaliação e personalidade que são considerados improdutivos para a sociedade. Deste modo, os indivíduos que são inseridos nesse tipo de aprendizagem pré-reflexiva já são colocados em pé de desigualdade em relação aos outros.

Já o habitus secundário

tem a ver com uma fonte de reconhecimento e respeito social que pressupõe, no sentido forte do termo, a generalização do habitus primário para amplas camadas da

população de uma dada sociedade. Nesse sentido, o habitus secundário já parte da homogeneização dos princípios operantes na determinação do habitus primário e institui, por sua vez, critérios classificatórios de distinção social a partir do que Bourdieu chama de gosto (n.p.)

Neste sentido, o habitus secundário se relaciona com as sutis questões, principalmente, de bagagem cultural aos quais os indivíduos se identificam. Souza (2018) compõe esse conceito relacionado às noções de expressividade e autenticidade de Taylor, como uma expressão da individualidade e singularidade de cada um, e que ainda assim é atravessada por questões do habitus, que coloca um juízo sobre o que é digno ou não de interesse. Assim, os diferentes interesses se travestem de valores, sendo que o gosto por certos tipos de entretenimento, o saber apreciar certas comidas e bebidas, e por assim vai, diferenciam os indivíduos uma hierarquia de interesses.

Relacionando as considerações de Jessé Souza com as já tecidas pela Psicologia Social, é possível se pensar em pontos de encontro. Cardia (1994) discorre sobre a não-indignação e aceitação da violação dos direitos humanos de certos grupos pela sociedade. Segundo a autora, não há uma universalização das leis no Brasil, sendo que só são considerados sujeitos de direito àqueles que são considerados dignos, por existência de recursos financeiros e/ou por seu bom comportamento. Deste modo:

As raízes da exclusão moral estariam em processos psicológicos individuais e sociais: na diferenciação ou na categorização, processos corriqueiros, mas que em determinadas condições, se tornam carregados de significados e passam a servir para a racionalização moral da injustiça. (Cardia, 1994, p 28)

Assim, relacionando ao conceito de habitus colocado por Souza (2018), os diferentes processos de aprendizado familiar levam a uma categorização dos indivíduos, o que estaria no âmago da exclusão. Relacionando isso ao processo de individualização crescente da

sociedade, temos a permissividade de práticas violentas, principalmente pelo Estado, contra essas populações na justificativa de que elas ameaçam a segurança dos indivíduos. E é aí, com base nessa caracterização dos indivíduos (muito relacionada a cor e a condição econômica) que se justificam muitas intervenções violentas dos aparatos de vigilância e controle do Estado: a polícia e o exército. Não precisamos fazer uma vasta e profunda busca para encontrar exemplos dessa brutalidade, como no caso rapaz que foi preso erroneamente por assassinato (“Rapaz preso por assassinato”, 2019), ou do pai de família que foi executado recentemente pelo exército no Rio de Janeiro (Heringuer & Queiroga, 2019). E esses foram casos que tomaram proporções na mídia nacional, mas que são acompanhados por muitos outros que não são noticiados.

Esse processo de aprendizado familiar e pré-reflexivo, por ser tão sutil, é encoberto por uma das maiores falácias do mundo capitalista pós-moderno: a meritocracia (Souza, 2017). Por meio dessa lógica se justifica a exclusão como culpa única do indivíduo, pois, por essa lógica, todos têm acesso à informação e a formas de “subir na vida”, é só “ter vontade” para conseguir.

Para Cardia (1994), a cidadania é relacionada com o controle do Estado por parte da população, de forma que ela é uma ferramenta para que a população possa comunicar e direcionar seus interesses ao Estado. Mas se cidadania demanda a participação popular, há então de se considerar como é a construção do sujeito para essa participação. Manzini-Couvre (1994) faz uma separação teórica entre dois tipos de sujeitos, os sujeitos sujeitados e os sujeitos para a liberdade. Para ela, o primeiro é caracterizado pela massificação e desmobilização, atravessado por diversos mecanismos que dificultam a reflexividade das questões da vida e incentivam a não responsabilização do sujeito para com as mesmas. Já o segundo sujeito tem em si uma visão reflexiva e crítica da sociedade, mas, para além disso, a luta para si e para o coletivo convergem, sendo considerado como uma realização pessoal.

Para que haja a construção de um sujeito de direitos que possa exercer sua cidadania, se faz necessária a construção de uma subjetividade que tenha isso como potencialidade e possibilidade. Nesse quesito, podemos pensar em como fica essa construção em partes da sociedade na qual, como coloca Souza (2018), os primeiros aprendizados são marcados pelas características de um habitus precário. Com a categorização e valorização dos diferentes modos de socialização de acordo com o que a sociedade coloca como padrão útil, existe também a introjeção da percepção de inferioridade pelos indivíduos inseridos nesse âmbito. Aqui a de se considerar, no âmbito do sujeito, como coloca Sawaia (1994), que “a vergonha bloqueia a ação e o pensamento e gera submissão. O indivíduo envergonhado se submete facilmente à vontade do outro e se deixa usar como instrumento.” (p.152).

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Dentro da concepção de Estado moderno, existe a intervenção no cotidiano das populações por meio das chamadas políticas públicas. A concepção de “política pública” como conceito e também como ferramenta de intervenção do Estado é recente. Como coloca Spink (2018), a utilização desse termo com maior frequência e com o sentido colocado anteriormente pode ser localizado no século XX mundialmente, e, especificamente no Brasil, de forma mais incisiva depois da década de 1990. Isso não significa que anterior a isso os Estados não definiam diretrizes, planos de ações, entre outros para as suas populações, mas eram utilizados outros termos para delinear essas intervenções.

Chegando ao conceito de políticas públicas como é utilizado atualmente, para Guareschi, Lara e Adegas (2010) são as políticas públicas que dão direcionamento à vida dos cidadãos, realizando intervenções que incidem tanto em âmbitos macrossociais quanto microssociais. Isso pode ser visto quando, por exemplo, é colocado em consideração um programa como o bolsa família. Uma condicionalidade como manter as crianças e adolescentes na escola para ser apto à receber o benefício interfere no cotidiano da família beneficiada, com todo o movimento de manter o controle da presença, se organizar para que as crianças e adolescentes tenham o mínimo necessário para os estudos, e chegando a mudar a rotina de trabalho daquela família, pois não se tem mais disponível a força de trabalho da criança ou do adolescente para sustentar a casa. Já quando falamos em termos macrossociais, essa condicionalidade tem por vistas uma maior escolarização da população, o que afeta muitos outros índices como saúde, qualidade de vida e qualidade de trabalho.

Podem então ser considerados como política pública todos os mais variados modos que o Estado estrutura as relações entre entes e indivíduos, de modo a intervir no cotidiano com intenção. Por exemplo, a construção de um Centro de Referência de Assistência Social -

CRAS obrigatoriamente em todas as cidades do país é uma ação dentro de uma política pública, a qual tem objetivos claros de estabelecer um equipamento de que oferece diversos serviços próximo às populações que necessitam deles.

É importante destacar que, para além de marcos e prescrições documentais, as políticas públicas são concebidas e implementadas por indivíduos e organizações com diversas concepções do significado e intenção das intervenções. Raramente as coordenadas são totalmente fechadas e condizentes com apenas um tipo de atuação, e com isso é possível observar diferentes intervenções sob o regime de uma mesma política. Isso não é de todo desinteressante e improdutivo, considerando dentro do território brasileiro existe uma variedade de contextos e que para que as políticas sejam implantadas de forma efetiva nos mais diversos territórios, necessita-se de uma certa flexibilidade.

Por exemplo, dentro da Política de Assistência Social há a premissa de que o trabalho deve ser realizado dentro do território em que a população está inserida, e que com a proximidade dos atores do Estado seria possível uma intervenção mais condizente com as necessidades da população atendida (MDS, 2005a). A primeira vista, essa descrição pode parecer clara, mas ela levanta diversas questões a serem resolvidas, como o que concretamente é o trabalho no território, se a proximidade dos trabalhadores da política é de forma a conhecerem a realidade ou estarem fisicamente próximos à população, assim sendo mais interessante ter equipamentos no território ou equipamentos especializados em uma área, mas fora do território.

O marco para a organização das políticas públicas como são vistas hoje, no Brasil, foi a Constituição Federal de 1988. Assim como colocam Guareschi, Lara e Adegas (2010), com ela é “que são garantidos os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais do cidadão brasileiro” (p. 336). E, em específico, é com esse marco legal que começa a se

estruturar o tripé da seguridade social, composto pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Dentro da concepção de políticas públicas existem as chamadas políticas sociais. Segundo Guareschi, Lara e Adegas (2010), a Declaração dos Direitos Humanos, ao colocar em pauta as necessidades do indivíduo como ser social, convoca os Estados a pensarem sobre as suas populações considerando essa faceta do ser humano, e assim também apontando para as diferentes demandas dos diversos grupos que compõem a nação de cada país. Assim, para além de uma universalização no sentido de direitos construídos com vistas a toda a população, se vê necessário considerar as peculiaridades de segmentos desta que, em razão dos contextos que estão inseridos, precisam de intervenções diferenciadas para que alcancem um patamar de igualdade com a população geral.

Considerando isso, segundo Oliveira & Costa (2018), as políticas sociais tem por população alvo àqueles segmentos que necessitam de um suporte do Estado para garantir a sua subsistência.

3.2 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

A Política de Assistência Social no Brasil, nos moldes observados hoje, tem uma história muito recente. Tradicionalmente a Assistência Social tinha um cunho filantrópico e vinculado às instituições religiosas, e apenas com as discussões que culminaram na Constituição Federal de 1988 que ela começou a ser tratada como direito do cidadão e dever do Estado (Sposati, 2004).

Após a Carta Magna, a Assistência Social começou a fazer parte do tripé da seguridade social, junto com a saúde e previdência social. Apesar da menção na chamada Constituição Cidadã, ela foi regulamentada apenas em 1993, com a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, mas o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi instituído em 2005, mais de dez anos após a LOAS.

Segundo o art. 2º da LOAS, a Assistência Social tem por objetivos

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. (Lei 8.742, 1993)

Segundo a Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS (MDS, 2005b), a proteção social da Assistência Social

“[...] consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional.” (p. 90).

Além disso, ela tem por princípios a matricialidade sociofamiliar, a territorialização, a proteção proativa, a integração à seguridade social, e a integração às políticas sociais e econômicas. (MDS, 2005a)

A matricialidade sociofamiliar se justifica dentro da concepção da família como núcleo básico do indivíduo em todos seus aspectos da vida, muito além de sua concepção

tradicional como núcleo econômico organizado sob relações de gênero e geração. Assim, a família é colocada como a unidade de intervenção na maior parte das ações da PAS, se considerando por importante o fortalecimento e manutenção de seus vínculos afetivos. (MDS, 2005a).

A territorialização se coloca como base da organização do sistema, de forma a considerar a necessidade dos serviços ofertados estarem próximos a população atendida. Segundo Nascimento & Melazzo (2013)

Nessa perspectiva é que se insere a valorização e a importância do fortalecimento do território pensado como localização e como elemento essencial para a efetivação do acesso à proteção social, no que se refere aos serviços socioassistenciais ofertados nos CRAS, pois possibilita uma proximidade entre o poder público e a população. (p. 71)

Assim, a localização dos equipamentos se faz de importância estratégica, para que a população tenha o acesso efetivo a eles. Mas o território também é onde se faz a vida, as relações, os afetos. É essencialmente onde os indivíduos estão e constroem sua história. Para que as ações alcancem a população desejada é necessário mais do que estar no território, é preciso entender como funciona aquele local para além das demarcações geográficas e estatísticas, e que, assim como colocam Nascimento & Melazzo (2013), “um mesmo município pode ser constituído por vários territórios [...], cuja população é diferente, tem anseios e perspectivas diversificadas, com características e carências específicas e potencialidades distintas” (p. 74).

A proteção proativa se faz principalmente no campo da proteção social básica, na lógica da execução de ações, projetos e programas que atuem na prevenção da ocorrência de danos e riscos sociais (MDS, 2005a). Lieber e Romano-Lieber (2010) problematizam o conceito de risco, colocando que existem diversas definições de risco, cunhadas para resolver os problemas de pesquisa, mas que não são todos que conceituam risco e pensam sobre ele de forma epistemológica e crítica. Deste modo, esse conceito deve ser problematizado e refletido em sua dimensão de interesse e poder, pensando no contexto sócio histórico, cultural e econômico em que está posto, e não apenas acatado como algo fixo.

Dourado e Scisleski (2019) ressaltam que o conceito de risco está relacionado ao que é considerado “anormal”, o desvio da normalidade, e são esses que balizam o que se julga como danoso ou perigoso. Os mesmos colocam que “Os ideais neoliberalistas da família do SUAS são dados para que se regulem os ideais do perigo, baseando-se na teoria de que todos os indivíduos são responsáveis por si mesmos, em cálculos preventivos.” (p. 91). Deste modo, a noção de risco se sustenta em cálculos estatísticos e preventivos, que permeiam a crença moderna na racionalidade humana (Spink, 2000)

Com relação à integração à seguridade social, como já foi dito, a Assistência Social faz parte do tripé da seguridade social, e para que as ações propostas tenham efetividade é necessário o trabalho intersetorial, articulando com a saúde e previdência social, para um atendimento completo e integral à população (MDS, 2005a).

Por fim, a integração às políticas sociais e econômicas se coloca em razão de grande parte das vulnerabilidades estarem relacionadas aos âmbitos social e econômico, assim necessitando de ações intersetoriais como base para a gestão do SUAS (MDS, 2005a).

A proteção social é dividida em níveis hierárquicos, sendo eles a proteção básica e a proteção especial. A proteção básica tem por objetivos atuar na prevenção de riscos, por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e do desenvolvimento de potencialidades. O público-alvo são famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, e/ou vulneráveis no ponto de vista dos relacionamentos afetivos-sociais (MDS, 2005a). Dentre os serviços nela oferecidos estão o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, serviço que deve ser obrigatoriamente executado pelo Centro de Assistência Social – CRAS, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, referenciado pelo CRAS mas que pode ocorrer tanto nele como em equipamentos terceirizados. (Conselho Nacional de Assistência Social[CNAS], 2009).

Na proteção social especial o atendimento é direcionado a famílias e indivíduos que estão em risco social e pessoal, devido a situação de violência ou violação de direitos (MDS, 2005a). Ela é dividida em dois níveis, média complexidade e alta complexidade. A média complexidade é realizada principalmente pelo Centro de Referência Especializado de

Assistência Social – CREAS, sendo aqueles serviços “que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.” (MDS, 2005a, p.36). Dentro dos serviços contemplados está o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, realizado prioritariamente no CREAS, e os serviços de Abordagem Social e Atenção à Pessoa Idosa e Deficiente (CNAS, 2009).

Em contrapartida, a alta complexidade atua quando os vínculos comunitários e familiares já foram rompidos, em razão de vulnerabilidade social ou violência e violação de direitos, assim buscando subsidiar o indivíduo para que ele possa ir em busca de novas vinculações socioafetivas. Nesta complexidade estão inseridos os serviços de acolhimento (CNAS, 2009).

3.3 A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Historicamente, a psicologia se fez atrelada a práticas avaliativas e focadas no indivíduo, tendo o contexto social como um fator secundário. A formação da psicologia no Brasil esteve atrelada intimamente as áreas da educação e do trabalho, e também à prática clínica individual. No decorrer desse tempo, foi-se construindo uma prática elitista, tendo como base conhecimentos importados, principalmente dos Estados Unidos, para a realidade nacional. Deste modo, a prática se instituiu em território nacional sob uma ótica clinicista e avaliativa, tendo como principal instrumento e sendo reconhecida quase exclusivamente pela psicoterapia (Conselho Federal de Psicologia[CRP]/Conselho Federal de Serviço Social[CFESS], 2007).

Mas onde e quando que a psicologia, em específico a psicologia social, começa a se alinhar com as políticas de assistência social?

Para contextualizar as mudanças de paradigma na intervenção psicológica na sociedade, se faz mister contextualizar como essas mudanças foram se concretizando. Nos anos 70 houve a chamada crise da psicologia social, que ocasionou diversas mudanças na psicologia Brasileira, e foi quando muitos autores começaram a pensar na construção de uma

psicologia social latino-americana, mais especificamente, brasileira. A grande crítica da época era que a psicologia, nos moldes em que estava, tinha um papel essencialmente normalizador e adaptativo, alinhada com o ideal de desenvolvimento nacional do governo da época (Oliveira & Costa, 2018). Com essa mudança de paradigma dentro da área novas formulações foram construídas, além de uma crítica intensa aos modos de avaliação e classificação dos sujeitos feitos pela psicologia da época, e com um compromisso de fazer uma psicologia como prática transformadora, voltada às necessidades da população e para a melhoria da qualidade de vida desta. Deste modo a psicologia começa com um movimento mais intenso de articulação com a formulação de políticas, principalmente relacionadas àquelas populações que eram “esquecidas” pelo Estado.

Deste modo foi possível ver um movimento de psicólogos articulados com partidos e movimentos sociais da época, buscando por mudanças na forma como era organizada a sociedade. Assim, tanto a psicologia como diversas outras áreas tiveram uma forte influência nas reivindicações referentes a formulação da Constituição de 88, e foi aí que a psicologia começou a firmar sua atuação dentro das políticas públicas (CFP/CFESS, 2007).

Considerando a Política de Assistência Social em particular, o psicólogo teve sua participação formalmente anunciada com a publicação da Norma Operacional Básica/Recursos Humanos – NOB/RH (MDS, 2005b), assim colocando de forma legal seu local na área. Existiram experiências anteriores a essa data, até mesmo antes da constituição da Política Nacional de Assistência Social, em serviços análogos voltados para a mesma população (Oliveira & Costa, 2018), mas a partir dessa normativa que pode-se ver um aumento significativo de psicólogos trabalhando nos mais diversos equipamentos da assistência social.

A psicologia vem adentrando um espaço onde se tem como público atendido uma população diferente daquela que procura as clínicas para atendimento psicoterápico, e onde os objetivos são referentes à proteção social e defesa dos direitos dos cidadãos (Lei 8.742, 1993), diferentemente de uma prática clínica tradicional com o olhar focado no indivíduo. Pensando que a psicologia têm um histórico de construção de seu saber científico baseado nos ideais

burgueses, e que já foi (e continua sendo) utilizada como instrumento de dominação por aqueles que detêm o poder (Martin-Baró, 1996), há de se pensar nas possibilidades de inserção e quais as consequências de uma prática tradicionalista na área.

A atuação do psicólogo na Assistência Social se faz de forma alinhada ao compromisso de transformação social, necessitando assim de uma prática que vá além da clínica individual tradicionalista pela qual a profissão se tornou conhecida. Alguns pontos importantes a considerar aqui são a compreensão crítica da realidade; centralidade na família e na comunidade; a atuação interdisciplinar e articulação intersetorial; e o conhecimento da legislação social.

Por compreensão crítica da realidade refere-se aqui a compreensão, por parte do profissional, de que há um contexto histórico, econômico, social e cultural relacionado às questões da população atendida. A partir dessa compreensão, dada por meio da atenção aos processos de sofrimento situados na comunidade, pode-se pensar em formas de estabelecer experiências que fortaleçam as vivências dos sujeitos, e contribuam para uma comunidade autônoma e que tenha meios de lutar pelos seus direitos (CFP/CFESS, 2007).

A reflexão crítica da realidade também contribui para a não patologização da vivência dos sujeitos acompanhados, o que é um ponto importantíssimo. Como é colocado no documento de orientações elaborado pelo CFP em conjunto com o CFESS (2007), “[...] as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar a classe trabalhadora, mas buscar compreender os processos estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem.” (p. 23). A patologização prejudica o processo de fortalecimento de autonomia das comunidades, visto que retira dos sujeitos a sua possibilidade de fala e coloca o discurso do profissional como superior, o que é contraproducente com relação aos objetivos da Política de Assistência Social.

A atuação nesse contexto tem como núcleo a família e a comunidade. Isso significa que, mesmo em intervenções individuais, o foco é na compreensão das relações que o sujeito estabelece com suas redes sociais e como pode-se agir de forma a fortalecer esses vínculos (CFP/CFESS, 2007). Deste modo:

“No trabalho com a comunidade, o(a) psicólogo(a) deve oferecer escuta qualificada das demandas. A partir das diferentes metodologias e abordagens de intervenção, deve construir alianças, inventar espaços de transformação, ampliar a compreensão dos(as) usuários(as), de modo que possam encontrar formas de enfrentamento para as suas dificuldades, e ser catalisador(a) de experiências, contribuindo para a consolidação da cidadania e dignidade para as pessoas, famílias e comunidades” (CRESS/CFP, 2007, p. 37).

A atuação na Assistência Social é interdisciplinar e intersetorial. Interdisciplinar pois se faz necessário o compartilhamento de experiência e conhecimentos entre os diversos atores do serviço, e a construção e elaboração de intervenções em conjunto. Por meio do trabalho integrado entre os diversos profissionais que se faz possível a reflexão e discussão de metodologias, referenciais teóricos e práticas, de forma a construir novos conhecimentos que forneçam uma base sólida às intervenções elaboradas (CFP/CFESS, 2007). Dessa maneira, a sustentação das ações elaboradas é construída a partir de uma reflexão conjunta, possibilitando a junção de diferentes ideias e de um trabalho mais rico e abrangente em questão de bases de conhecimento.

Essa construção conjunta exige dos profissionais uma postura aberta a novos conhecimentos e aprendizagens com profissionais de outras áreas. Dificuldades de integração entre conceitos e práticas de diferentes áreas é um desafio constante, além da construção de um diálogo entre as diferentes teorias. Assim como colocam Reis, Giugliani & Pasini (0000)

Entretanto, os(as) trabalhadores(as) reconhecem que aprender a dialogar com outros campos do saber não é uma tarefa corriqueira e fácil, exige que os profissionais assumam uma postura de abertura frente às possibilidades de aprendizagem com outras áreas. Além disso, requer construir formas de enfrentamento às dificuldades presentes no convívio com a diversidade, principalmente com aquelas áreas que estão mais distantes da prática tradicional da Psicologia. Os profissionais inseridos na ação direta ressaltam a falta de integração em relação a teorias e conceitos das diferentes disciplinas, com um fator importante de impasse na construção de saberes e fazeres compartilhados. (n.p.)

A intersetorialidade, como articulação entre diferentes setores buscando soluções em conjunto e compartilhando de ideias e recursos (Pereira & Teixeira, 2013), é necessária para a articulação das ações elaboradas para atender às demandas populacionais. A Assistência Social, como dito anteriormente, tem como objetivo assegurar a garantia de direitos para a sua população alvo, e esses direitos são referentes a outras políticas além da própria assistência (CFP/CFESS, 2007). A atuação, nesse aspecto, se faz por meio da articulação e comunicação constante com os outros atores da rede de serviços ofertados, tanto pelo Estado quanto por outras iniciativas.

Por fim, pelo fato de lidar com um serviço que visa assegurar a garantia de direitos à população, é necessário o conhecimento sobre a legislação social. Tais conteúdos são apontados como pouco abordados no processo de formação básica do profissional (CFP/CFESS, 2007; Silva & Cezar, 2013). Isso leva à importância da formação continuada, que deve ser realizada considerando tanto a legislação, que muda continuamente, como na busca de novos conhecimentos teóricos e práticas para o aprimoramento do atendimento à população.

4. O PSICÓLOGO NA PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

A atuação do psicólogo dentro da Política de Assistência Social vem se construindo paulatinamente no decorrer, principalmente, dos últimos anos, em razão da grande inserção de profissionais na área.

Como dito anteriormente, um dos locais em que o psicólogo pode atuar é nas equipes da Proteção Social Especial de Média Complexidade. Essas equipes têm por função atender as famílias e indivíduos que, por alguma razão, estão com vínculos familiares e comunitários fragilizados em razão de violência e violação de direitos. Assim, a população atendida é ampla, constituindo-se por mulheres vítimas de violência doméstica; crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência vítimas de abusos psicológicos, físicos e sexuais; pessoas em situação de rua; adolescentes em conflito com a lei; entre outros. Pela sua natureza, a atuação nessa política requer articulação constante com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, como o Sistema Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.

4.1 MARCOS LEGAIS E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Os serviços da Proteção Especial de Média Complexidade são definidos na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009). Ela é dividida em cinco especificidades: o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; o Serviço Especializado de Abordagem Social; o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI é a função essencial do CREAS. Ele se caracteriza como “Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.” (CNAS, 2009, p. 20). Deste modo, tem por objetivo fortalecer a família em sua função protetiva, com ações voltadas à promoção de direitos, e proteção e

fortalecimento de vínculos familiares e comunitários diante das vulnerabilidades identificadas, de forma a restaurar a autonomia dos sujeitos envolvidos. Também tem por objetivos, dependendo da demanda, articular a inclusão de famílias nos serviços públicos e de proteção social, e atuar na proteção, prevenção e reparação de danos relacionados à violação de direitos (CNAS, 2009).

O Serviço Especializado de Abordagem Social tem por função a busca ativa de forma a identificar “a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.” (CNAS, 2009, p. 23). Tem por objetivos a identificação de indivíduos e famílias com direitos violados, e compreender o contexto vivido de forma a promover a reinserção familiar e comunitária. Além disso, outro objetivo é planejar, sempre em conjunto com os sujeitos e alinhado as suas demandas, o processo de saída da rua (CNAS, 2009).

O Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) tem por propósito “prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente” (CNAS, 2009, p. 24). Por meio dos acompanhamentos realizados com os adolescentes e famílias, que devem ser no mínimo semanais, os profissionais atuam construindo novas perspectivas de futuro com esses sujeitos, ofertando possibilidades de ampliação do seu conhecimento no âmbito cultural e informacional, visando romper com a prática do ato infracional (CNAS, 2009).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias oferta acompanhamento e atendimento especializado à indivíduos e famílias que tem indivíduos com algum grau de dependência, e que tiveram sua condição agravada por razão de violação de direitos. Ele tem por finalidade oferecer suporte e orientação para que haja a superação da violação, atuando para que não haja sobrecarga de vínculos devido a condição presente, e agindo para promover a autonomia do indivíduo e do grupo familiar (CNAS, 2009).

Por fim, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é ofertado àqueles que se utilizam da rua moradia e/ou sobrevivência. Tem por propósito assegurar o acesso desses sujeitos aos mais diversos serviços aos quais eles têm direito, além de promover o desenvolvimento de sociabilidades e vínculos familiares e comunitários, de forma a incentivar a construção de novos projetos de vida. Um aspecto importante do trabalho nesse serviço é o respeito às escolhas dos usuários, e que as ações sejam pautadas considerando seus desejos e demandas (CNAS, 2009).

Para além desses serviços, os documentos oficiais também definem os tipos de atividades que devem ser realizados em cada unidade/serviço, referente à toda a equipe, sem especificação de competências de um ou outro profissional. Dessa forma, a maior parte dessas orientações é ampla e possibilita diferentes tipos de atuações de acordo com as situações encontradas. Para ilustrar essa questão, na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009) há a definição do trabalho essencial ao PAEFI:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra-referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio. (p. 21)

Com exceção das orientações relativas à elaboração de documentos específicos do serviço (elaboração de prontuário, plano individual de atendimento), as outras atividades são

amplas a interpretações da forma de atuação. Essa abrangência dos documentos da área é relatada por profissionais, em alguns estudos, como uma falta de orientação técnica específica para o trabalho, o que pode causar inseguranças com relação à atuação (Silva & Cezar, 2013). Por outro lado, pelo tipo do documento isso se vê necessário, como dito anteriormente, para que seja possível organizar as práticas de cada local de acordo com as demandas particulares do território atendido (Silva & Cezar, 2013).

Especificamente para o psicólogo, existem diversas publicações confeccionadas pelo CFP e pelos Conselhos Regionais de Psicologia de forma a orientar o trabalho dos psicólogos na área (CFP/CFESS, 2007; CFP, 2011; CFP, 2013; CFP, 2016). Na atuação no CREAS, o psicólogo deve se pautar nos princípios éticos da profissão, e se pautar na reflexão sobre os aportes teórico-técnicos, utilizando-os de forma a contribuir para a construção da cidadania e autonomia dos sujeitos atendidos, na perspectiva de superação da circunstância de violação de direitos e não culpabilização ou buscando a identificação de patologias ou problemas como objetivo fim (CFP, 2013).

A psicologia tem muito a contribuir nesse espaço com o olhar específico da profissão sobre o sujeito e como ele se relaciona com a família e a sociedade. Assim, como é colocado no documento de referências técnicas do Crepop (CFP, 2013)

Neste sentido, a psicologia agrega aspectos do campo subjetivo, ou seja, as relações que se estabelecem entre pessoas e espaços e a repercussão na família e sociedade, considerando a intervenção em realidades dinâmicas que se alteram a partir destas relações, gerando transformação. (p. 70)

Com isso a psicologia pode contribuir para a ressignificação das experiências e vivências dos sujeitos, de forma a trabalhar em prol da desnaturalização das violações que estes enfrentam em seu cotidiano. Para essa atuação estar alinhada com os objetivos do serviço, se faz necessário a apropriação das premissas da Política de Assistência Social por parte dos psicólogos, como a matricialidade sociofamiliar, trabalho no território, articulação em rede, entre outros (CFP, 2013).

Segundo Lima e Schneider (2018), o trabalho do psicólogo no CREAS vem passando por um processo de transição. Um dos motivos é que muitas unidades hoje estabelecidas foram constituídas em cima do antigo Projeto Sentinela, que tinha por principal objetivo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência. Outra mudança se coloca no próprio fazer do psicólogo como profissional. A atuação no SUAS requer uma superação dos modos tradicionais de fazer psicologia e a construção e apropriação de novas práticas, principalmente quando se fala na atuação interdisciplinar e intersetorial.

Em uma pesquisa sobre a atuação e reflexão sobre as questões presentes no trabalho do psicólogo no SUAS, Ribeiro e Guzzo (2014) identificaram sete ações realizadas pelos profissionais dessa política: “Atendimentos Individuais; Intervenções grupais; Ações psicossociais; Trabalho Interdisciplinar; Articulações coletivas e participação política; Registros de informações; e Inserção na comunidade.” (p. 89) Os atendimentos individuais são todos aqueles realizados ou com indivíduos ou família de forma privativa, seja para acolhimento, entrevista, plantão ou triagem. As autoras ainda colocam que o atendimento individualizado não é o problema, mas que se percebe existir uma dificuldade dos psicólogos de firmarem sua posição profissional sem ele, sendo o atendimento individualizado muito atrelado à identidade profissional (Ribeiro et al, 2014). Além disso, por desconhecerem qual é o papel do psicólogo nos equipamentos da Assistência Social, muitas vezes a população atendida e outros atores da rede cobram por uma atuação clínica tradicional do psicólogo (Silva & Cezar, 2013; Lima & Schneider, 2018).

As intervenções grupais seriam as atividades como “Atendimentos familiares, atividades socioeducativas, oficinas, palestras, cursos profissionalizantes, grupos psicoterapêuticos e grupos de convivência, entre outros.” (Ribeiro & Guzzo, 2014, p. 89). Aqui é possível verificar uma possível aproximação com os objetivos de fortalecimento de redes de relações entre a comunidade, de forma a incentivar a autonomia e restaurar os laços dos usuários com essa comunidade. Entretanto, apenas a utilização de técnicas de grupo ou fornecer uma intervenção a um grupo não significa que essas ações estejam contribuindo para

uma organização comunitária. É importante que os profissionais considerem quais os objetivos de suas ações e como elas estarão alinhadas com os objetivos do serviço.

Na categoria “ações psicossociais” as autoras compreendem todas as atividades nomeadas como psicossociais, como, por exemplo: “análise psicossocial, intervenção psicossocial e acompanhamento psicossocial.” (Ribeiro & Guzzo, 2014, p. 90). Todas essas ações tem como cerne a análise e consideração do sujeito com relação ao social, ao contexto que o cerca.

Como “trabalho interdisciplinar” estariam ações tanto de planejamento como de intervenção realizadas em conjunto com outros profissionais, principalmente com o assistente social. São atividades como “reuniões de equipe, discussão de caso, visitas domiciliares, atendimentos em grupos e atendimentos individuais, dentre outras.” (Ribeiro & Guzzo, 2014, p. 90). Aqui se coloca uma possibilidade interessante, e que normalmente não é discutida na formação do psicólogo, que é o atendimento em dupla por parte de psicólogos e assistentes sociais. Para além de uma mudança metodológica, esse tipo de atendimento necessita de uma clareza da atuação de cada profissional, de forma que eles consigam complementar seus saberes e práticas (Lima & Schneider, 2018). Para pensar as práticas interdisciplinares e multiprofissionais, trago o conceito de núcleo e campo, assim como colocado por Campos (2000)

Tanto o núcleo quanto o campo seriam, pois, mutantes e se interinfluenciariam, não sendo possível detectar-se limites precisos entre um e outro. Contudo, no núcleo, haveria uma aglutinação de saberes e práticas, compondo uma certa identidade profissional e disciplinar. Metaforicamente, os núcleos funcionariam em semelhança aos círculos concêntricos que se formam quando se atira um objeto em água parada. O campo seria a água e o seu contexto. (p. 221)

Deste modo, podemos pensar em um núcleo de saberes, específicos a cada área do conhecimento, e em campos de práticas. Essa questão é válida para todas as atividades interdisciplinares e intersetoriais, pois, com o compartilhamento de diferentes conhecimentos

provenientes de diversas fontes, se faz possível uma compreensão mais abrangente do caso, e também uma gama maior de possibilidades de intervenção.

Como “Articulações coletivas e Participação política” as autoras colocam ações relacionadas à participação nos espaços de controle social, como seminários para levantamento de questões e discussão de problemas, entre outros (Ribeiro & Guzzo, 2014). Também podemos considerar aqui a participação em instâncias como os conselhos da assistência social, da criança e do adolescente, do idoso, entre outros, em seus âmbitos municipal, estadual ou federal. A possibilidade dessas ações evidencia o caráter político da atuação na área, que pede ao profissional um posicionamento para o enfrentamento dos problemas cotidianos do serviço, buscando sempre a melhoria do atendimento àqueles que necessitam.

A categoria “registro de informações” abrange todos os registros relacionados aos indivíduos e famílias atendidos, compreendidos em registros em prontuários, relatórios técnicos, e outras atividades burocráticas (Ribeiro & Guzzo, 2014). Os registros são de suma importância para o acompanhamento da situação do sujeito, sendo neles compilados toda a história das famílias e indivíduos atendidos com relação ao serviço. Lima e Schneider (2018) verificaram uma tensão entre os trabalhadores dos CREAS e os operadores da justiça com relação à essas atividades. Segundo os autores, aos psicólogos são requisitadas atividades, e conseqüentemente documentos, que ultrapassam suas competências dentro do serviço.

Por último, a ação classificada como “inserção na comunidade” refere-se a quando o psicólogo se coloca no contexto inserido, ou seja, vai até os locais em que a comunidade está. Isso pode ocorrer por meio de visitas domiciliares, conversas informais com moradores, entre outros, e são momentos que permitem que o profissional tenha contato mais próximo com a situação vivida, e assim acesso a outras informações que nem sempre são acessíveis em apenas um relato (Ribeiro & Guzzo, 2014). Essas ações são essenciais para a compreensão do território e das realidades vivenciadas nele de forma mais abrangente, assim, com os novos conhecimentos e informações adquiridas, o profissional psicólogo tem uma visão mais abrangente do contexto, possibilitando a construção de novas ações e intervenções. Além

disso, a inserção dos profissionais nos territórios para além daqueles dos serviços também é uma forma de estreitar os vínculos entre comunidade e equipe.

Com todas essas demandas se faz necessário que o psicólogo tenha uma capacitação continuada, para encontrar seu lugar nessa área recente de atuação e também para sempre estar atualizado com relação às demandas diversificadas que são atendidas pelo serviço (Ribeiro et. al., 2014).

5. METODOLOGIA

A perspectiva construcionista, para Mary Jane Spink (1999), é sobretudo resultante de três movimentos: da filosofia discursiva (desde o giro linguístico), da sociologia do conhecimento e da política, em particular do processo de empoderamento do movimento feminista. Na filosofia discursiva, como uma reação ao representacionismo, ou seja, à noção da linguagem e do conhecimento como um espelho do real; na sociologia do conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade a-histórica; e na política feminista, com a perspectiva de um olhar não masculino e eurocêntrico, abrindo o campo para uma perspectiva situada do conhecimento.

O Construcionismo Social foca na fluidez das interanimações dialógicas como elemento de compreensão de sentidos, pois concebe o discurso não como uma representação ou tradução do real, mas como ação social. Sendo assim, separações entre ações sociais e palavras, entre real e significação do real são desconsideradas, pois discurso é ação que dá sentido e materialidade ao mundo, às coisas, aos eventos e a cada pessoa em relação.

Para Mikhail Bakhtin (1988), esse processo de produção de sentidos é sempre dialógico. Diz ele:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se de uma orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. (p. 88)

Todo discurso é, então, composto por intertextualidades, configurando-se como uma trama polidiscursiva, pois é sempre perpassado pelo(s) discurso(s) de outrem. Toda pessoa é, assim, sempre respondente. E toda pessoa, por sua vez, tem intencionalidades (conscientes e inconscientes), tem visões de si e do mundo, tem uma voz por meio da qual se expressa. Uma voz, porém, que nunca é isolada e dissociada de outras. Sua existência se faz em meio às

interações com outras vozes. Seja nas situações de diálogo conversacional, em que ambas as vozes estão simultaneamente interagindo, seja nas situações de interações mediadas, ou solitariamente em resposta a discursos imaginários ou incorporados, lidos ou ouvidos em algum instante da vida, todo sujeito opõe sempre uma “contrapalavra” à palavra de outrem (Bakhtin, 1999). Embora cada pessoa se oriente, em suas relações com o mundo, por repertórios discursivos presentes nas linguagens sociais e gêneros de fala, a apropriação que faz disso é singular, posto que tudo que se diz, se fala, se sente, escreve, pensa, se compreende, tudo o que, de algum modo, é vivenciado dialogicamente – e para o Construcionismo, tudo o que é vivenciado pelo ser humano o é dialogicamente – é confeccionado e materializado situacionalmente, a partir do lugar e tempo histórico em que se está posicionado; lugar e tempo histórico, vale dizer, que transforma-se constantemente.

Tal processo de transformação se faz em meio a temporalidades que se confluem na materialização dos discursos e dos processos de construção de sentidos. Sobre isso, Mary Jane Spink (2010) descreve a presença de três temporalidades que, embora distintas, confluem indissociadamente nos processos de construção de sentidos. A primeira temporalidade ela nomeia tempo curto; é o tempo do aqui e agora das interanimações dialógicas das relações face a face ou mediadas que compõem o momento absolutamente presente de nossas vidas, na qual as possibilidades de rupturas se fazem em potência.

A segunda temporalidade é o habitus, conceito que a autora empresta de Bourdieu para focar o tempo dos processos de socialização da vida de cada pessoa, na qual inscrevem-se no corpo ações e comportamentos, escolhas e sentidos comuns socialmente esperados conforme as categorias sociais em que se é identificado, seja no âmbito do gênero, classe social, etnia, entre outros. A terceira temporalidade é o tempo longo, definido como o tempo das grandes instituições e valores que, embora aparentemente imutável, transforma-se também na medida

em que é tensionado pelas interações sociais e interanimações dialógicas da vida sendo vivida.

Outros componentes conceituais importantes do Construcionismo e que se fazem muito presentes neste trabalho é a noção de lugar e cotidiano. Spink (2000) define lugar como o “fluxo de intervenções causais reais ou intencionais no processo contínuo de eventos no mundo” (p.52), e pensar o cotidiano vivido onde se materializam as relações sociais e as relações de poder, exige olhar para o lugar no qual se presentificam simultaneamente o todo social e as relações sociais locais do dia a dia, carregadas de significados e sentidos. O lugar, assim, é efervescente, assumindo constantemente variáveis e instáveis formas as quais, embora tendam a ser capturadas e colonizadas pelos centros hegemônicos, impõem resistências com a finalidade de buscar mudanças nas teias naturalizadas das relações opressoras. Considerando o campo de pesquisa como “espaço criado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação” (Spink, P, 2003, p. 28), o campo-tema desta pesquisa foi a práxis de um psicólogo, na Política de Assistência Social, em específico na equipe da Proteção Especial, em um município de pequeno porte.

A definição de cotidiano que perpassa neste estudo compreende tal conceito “como lugar de vida, de competência e de ação” (Spink & Spink, 2017, p. 593). Em um de seus escritos em conjunto, Peter Spink e Mary Jane Spink, sinalizam um importante olhar sobre o que é cotidiano:

Mas, afinal, o que é cotidiano? Talvez a melhor resposta seria perguntar “com que cotidiano eu vou?” Se considerarmos a origem latina do termo, *quot dies*, o cotidiano é, ao mesmo tempo, um dia e todos os dias. Engloba, assim, tanto o instantâneo como o duradouro, o transformador e o repetitivo. Na busca de uma resposta inicial, podemos entender cotidiano como aquilo que está dentro da gama normal de

possibilidades. Rotinas são partes das possibilidades, porém, ao contrário do que alguns continuam pensando, o cotidiano não é sinônimo de rotina. Escovamos os dentes todas as manhãs, é uma rotina. Vamos trabalhar e dependemos de ônibus, mas, às vezes, os ônibus estão em greve. Há dias em que chove bastante, e o córrego perto da casa alaga e as ruas ficam intransitáveis. Há dias que fazemos coisas bem diferentes e, não raro, coisas bem diferentes acontecem; ações e eventos que não são previsíveis, mas que estão na gama de possibilidades e expectativas. Morando em São Paulo, em 2017, não esperamos ter que correr para um abrigo por causa de um alerta de bombardeio. No entanto, ir dormir nas estações do metrô de Londres (o *Underground*) fazia parte do cotidiano de muitas pessoas, durante a década de 1940. (Spink & Spink, 2017, p. 594)

Entender o cotidiano como processo de vida engendrado por inúmeras possibilidades de ser e de existir, é olhar para o território, e se deparar com muitos discursos vivos que possibilitem novos enredos no dia a dia dessas pessoas (profissionais e usuários) que constroem a vida sendo vivida desse lugar (eis a perspectiva que dotamos neste trabalho).

A concepção de discurso e produção de sentidos que traz a Epistemologia Construcionista mostra-se, assim, como uma ferramenta interessante para apreender qual o objetivo desta pesquisa, a saber, investigar sobre a práxis de um psicólogo na Assistência Social, na Proteção Especial, em uma cidade de pequeno porte onde esse serviço é ofertado por equipe de referência localizada no Órgão Gestor da Assistência Social. Além disso, a pesquisadora buscou analisar os intertextos que atravessam as práticas do psicólogo nesse lugar, e colaborar com a construção de saberes e práxis voltados para o cotidiano do lugar. Considerando as perspectivas de cotidiano e lugar já colocadas, a psicologia social pode contribuir para compreender as relações e sentidos que são estabelecidas no cotidiano do serviço deste profissional, com relação a outros profissionais, usuários, e ao serviço em que

está inserido. Dessa forma, a pesquisa aqui se justifica na metodologia presente por ser um mergulho nesse lugar, buscando refletir sobre as diversas facetas da práxis do psicólogo no local em questão.

Para além disso, há a necessidade de mais pesquisas, relacionadas ao trabalho do psicólogo, no contexto da Proteção Especial em municípios de pequeno porte. É possível achar diversas publicações sobre o psicólogo no CREAS (Lima & Schneider, 2018; Schmitt, Nascimento & Schweitzer, 2016; Ribeiro et al, 2014) e também no CREAS em cidades pequenas (Silva & Cezar, 2013), mas se vê uma lacuna quanto a atuação de psicólogos na equipe da Proteção Especial quando não há o equipamento do CREAS instituído, e a equipe é vinculada diretamente ao Órgão Gestor da Assistência Social. O estabelecimento do CREAS municipal é condicionado à avaliação de necessidade, podendo ser realizado por CREAS regional caso a demanda municipal não justifique seu estabelecimento, ou no Órgão Gestor municipal caso o equipamento não exista (MDS, 2011). Assim, existem psicólogos que trabalham na proteção especial sem o aparato e equipe que um CREAS proporciona.

Considerando, como já dito anteriormente, que no Censo SUAS 2018 (Ministério da Cidadania, 2019) foi contabilizado, no estado do Paraná, 77 CREAS municipais, e nenhum CREAS regional. Então, a maior parte das cidades do estado não possui o equipamento de referência da Proteção Social de Média Complexidade. Isso abre possibilidade para que existam várias equipes, e dentro delas psicólogos, que estejam trabalhando na área, assim sendo necessário investigar como é o exercício da profissão nessas condições.

A pesquisa, nesse sentido, mais do que uma prática de verdades generalizáveis sobre o tema, se faz mediante uma imersão situada nas teias de sentido que se processam no dia a dia da existência destas pessoas no dia a dia da vida sendo vivida no lugar. Imersão que, por sua vez, possibilita que a pesquisadora compreenda e participe das conversas, das ações, dos debates enfim. Depreende-se disso que a pesquisa além de ser uma prática social e dialógica, é substancialmente uma prática crítica e política.

Considerando isso, a presente pesquisa teve como local de conversas, participações de atividades em grupo e individuais e contato com o cotidiano do lugar, um município no interior do Estado do Paraná, onde os atendimentos referentes à Proteção Especial da Política de Assistência Social eram realizados por um equipe de referência, localizada no Órgão Gestor da referida Política. O município em questão possuía, na época, em torno de 8 mil habitantes segundo dados oficiais (CENSO, 2010), mas, segundo levantamentos realizados pelos serviços de saúde, a população real chegava aos 11 mil habitantes. A Secretaria de Assistência Social era localizada em uma casa, alugada, próximo a avenida que dava acesso à entrada principal da cidade, em frente à rodoviária, e próxima de outras sedes de serviços públicos do município, como mostra o mapa abaixo.



Figura 1. Mapa da cidade

O município sediava duas grandes empresas, uma do ramo têxtil, e, outra que trabalhava com poupa de frutas. Essa segunda tinha um papel importante na renda de diversas famílias que eram atendidas pela Política de Assistência Social, pois ela oferecia possibilidades de trabalhos diários na colheita de frutas para **fabricação** das polpas. no ano anterior foi fechada uma usina em uma cidade vizinha, a qual gerava várias oportunidades de

diárias para as pessoas da região, e boa parte do fluxo de pessoas que trabalhava nessa usina foram para o município. Com essa inflação populacional, as oportunidades de emprego, principalmente de diárias, diminuíram. Assim, mais pessoas estavam trabalhando na colheita das frutas, por um valor menor do que era pago anteriormente. Esse contexto foi avaliado pela gestão como uma das razões da demanda pela Assistência Social ter aumentado nos últimos tempos, sendo que o montante de recursos que estava sendo destinado à Assistência Social triplicou nos últimos meses. No ano em que tive contato com o serviço do município, os recursos federais estavam atrasados, assim uma parte dos serviços públicos da saúde e assistência social estava sendo mantida com os chamados recursos livres (recursos não vinculados e de livre aplicação) que estavam comprometidos. Em razão disso, foram convocadas reuniões com gestores e funcionários para repasse de corte e contenção de gastos em todos os setores.

Esse município foi escolhido por ter uma equipe de referência completa, onde o psicólogo trabalhava há mais de dois anos no serviço, e a maior parte dos profissionais serem contratados por regime estatutário, assim tendo uma maior estabilidade comparado com profissionais em regime temporário. Além disso, foi um dos municípios em que a gestão e profissionais se colocaram disponíveis para a pesquisa. O projeto foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, sob o número de parecer 3.159.238.

O procedimento de pesquisa constituiu-se na observação do cotidiano do lugar (Spink & Spink, 2017), conversas e entrevistas abertas com profissionais e usuários. A entrevista aqui foi considerada como prática discursiva, em uma interação negociada que, e interessante para o objetivo proposto pois, assim como coloca Pinheiros (2013), “na cena discursiva muitas vezes se fazem ouvir e não apenas as dos que enunciam perguntas e respostas.” (p. 160). As entrevistas com os indivíduos atendidos pelo psicólogo tinham o intuito de compreender como essa pessoa que era foco da intervenção do psicólogo considerava o trabalho dele, e como foi construída a relação entre esses atores. Deste modo, elas foram realizadas com o psicólogo, com usuários do serviço estudado, e outros profissionais que

trabalhavam em conjunto com o Psicólogo, afim de perguntar sobre as percepções destes acerca do trabalho do psicólogo naquele contexto. O contato para agendamento da entrevista foi realizado pessoalmente, e assim foi agendado o horário do encontro, que ocorreu na casa dos participantes. Todos os procedimentos aqui descritos foram realizados apenas com declaração de consentimento dos participantes, sendo registradas por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. O registro dos dados das entrevistas foi realizado por meio de gravador, com autorização expressa dos entrevistados. Nomes próprios de pessoas e locais foram alterados, de forma a preservar a identidade dos participantes.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 DE CONVERSAS E OBSERVAÇÕES

Para começar esse relato, vou contar um pouco sobre o personagem principal dessa história, Gustavo. Conheci Gustavo por indicação de Mariana, Assistente Social que eu conhecia e que, na época, era Assistente Social do Conselho Tutelar da cidade, e achava que ele estaria aberto à minha proposta. Entrei em contato com Gustavo, explicando um pouco sobre a minha ideia de pesquisa, e ele se interessou e aceitou em fazer parte. Trocamos mensagens e ligações por alguns meses para acertar as questões burocráticas e práticas da pesquisa, e fui algumas vezes na cidade para conversar pessoalmente, quando a sede da Secretaria de Assistência Social ainda era em outra casa. Gustavo era um rapaz tranquilo, com cabelos longos sempre presos, camisa manga curta com o braço direito tatuado a mostra, tinha uma fala calma e pausada, e era sempre cuidadoso na escolha de suas palavras. Na época tinha 30 anos, e era formado em psicologia por uma universidade pública paranaense a cinco anos.

Gustavo era nascido em uma cidade vizinha que era referência na região, na qual morava com esposa e filho, sendo que diariamente pegava uma estrada simples para realizar o trajeto casa-trabalho. Trabalhava na cidade fazia dois anos, por ventura de um concurso público municipal, de regime estatutário, sendo que recentemente teve que ficar afastado por volta de três meses, devido a um grave acidente no qual se envolveu na estrada. Em razão desse acidente Gustavo tinha dificuldades em respirar, e notava alguma dificuldade em lembrar de algumas coisas, principalmente rotas e caminhos da cidade, questão que às vezes o deixava frustrado, mas que segundo o mesmo, estava melhorando com o tempo.

Na época em que acompanhei o trabalho de Gustavo, ele era o psicólogo da Equipe de Referência da Proteção Especial de Média Complexidade, do Serviço de Acolhimento

Familiar, e também psicólogo de referência para as ações da Proteção Especial de Alta Complexidade. Dentro desses serviços as atividades realizadas eram de acompanhamento dos casos, com escutas especializadas, atendimentos individuais, visitas domiciliares, e confecção de relatórios. Segundo seus registros, eram acompanhados 25 casos, 10 em “escuta qualificada”, e 15 no grupo de apoio que era realizado semanalmente, além de Gustavo ter 5 agendamentos fixos, para atendimento individual semanal. – 1 adolescente PSC e 10 adultos PSC. A maior parte dos casos acompanhados eram referentes a crianças e adolescentes que foram vítimas de violência, sendo encaminhados ou diretamente pelo Judiciário ou pelo Conselho Tutelar. Segundo a fala do próprio Gustavo

A gente faz o grupo de apoio para pais e filhos de crianças e adolescentes toda terça-feira, [...]. Faço acompanhamentos de PSC, de LA, também. Faço falas, palestras, quando sou solicitado, principalmente na educação. E acabo fazendo também, o que não é da tipificação do psicólogo no SUAS, mas acabo fazendo, digamos assim entre aspas uma “terapia” também. Tenho... usuários fixos que toda semana a gente faz sessões psicológicas também, então... apesar de não ser na tipificação de psicólogo social, acabamos fazendo. E o espaço aqui permite isso, né, porque não tem tanta... é, uma demanda muito grande, muita frequência, muita quantidade de usuários, é uma cidade pequena, então a gente acaba, sendo possível fazer esse tipo de serviço que não é nosso também mas, por ética, por humanidade, e por gosto a psicologia a gente acaba fazendo também.[...] e tem a horta comunitária também.

Dentro dos serviços da Proteção Especial, são encorajados os atendimentos preferencialmente em grupos, mas não descartando a possibilidade de atendimentos individuais, se visto como necessário (CFP, 2016). Apesar disso, Gustavo expressou diversas vezes que alguns dos atendimentos não eram para estar localizados ali na Secretaria de Assistência Social, mas que mantinha alguns que ele começou quando chegou na cidade, quando ainda não sabia muito como funcionava o trabalho do psicólogo naquele setor. Também havia a cobrança da população para uma atuação clínica, pois, assim como colocam Silva e Cezar (2013), esse tipo de atuação é cobrada pelo desconhecimento da rede e da população sobre o papel do psicólogo nos equipamentos da Assistência Social. Quando chegava esse tipo de pedido à equipe, Gustavo informava que para tal atendimento a pessoa

seria encaminhada para os serviços de saúde do município, que ofereciam psicoterapia individual.

Gustavo dizia que aprendeu muito com o trabalho na Secretaria, que ali tinha sido a sua “segunda faculdade”, e que era ali que gostaria de continuar a trabalhar

Eu to me apaixonando cada vez mais. Tanto é que eu tenho medo de... o comentário que teve da administração de que a gente vai ser trocado, feito um rodízio entre a Proteção Especial e a Proteção Básica, não quero ir para a proteção básica (risos). Quero ficar aqui por que eu quero ter continuidade, e... marcar meu território. Marcar meu modo de trabalho, que até agora eu creio que tá sendo, é... legal, tem qualidade. Tem utilidade, principalmente, por que a gente vê em relatos de usuários (Gustavo).

Gustavo era sempre muito cuidadoso com o que dizia, e em seus contatos com as famílias e indivíduos que o procuravam. Nas conversas, ficava a maior parte das conversas ouvindo as histórias, e apenas dava orientações pontuais, ou fazia algumas perguntas para esclarecer pontos da conversa. Uma vez perguntei a ele sobre a postura e abordagem dele com os usuários, e ele colocou que realmente tomava muito cuidado nas pontuações e orientações que dava às famílias, pois tentava não ser taxativo com relação a regras. Gustavo dizia que *“As famílias precisam se sentir acolhidas, não se sentir sozinhas principalmente, e se sentir apoiadas, ou seja, tem alguém aqui me ajudando”*.

Em uma das manhãs que estávamos na Secretaria de Assistência Social, Gustavo recebeu uma ligação de um oficial de justiça, dizendo que a internação compulsória de João, filho de Lurdes, tinha sido decretada. O oficial disse que foi a casa de Lurdes, mas não conseguiu realizar a internação, pois ela não permitiu. Assim, ele pediu para a equipe que conversasse com Lurdes para convencê-la de internar João. Naquele mesmo dia, no período da tarde, eu, Natália e Gustavo fomos à casa de Lurdes. No caminho, Gustavo e Natália comentaram que as visitas nessa casa eram um pouco imprevisíveis, pois João tinha problemas com álcool. Relataram que quando João estava sóbrio os recebia muito bem, mas, quando alcoolizado, em visitas anteriores João chegou a “ir para cima” de Gustavo,

ameaçando bater nele. Natália e Gustavo sabiam como ia ser a visita quando chegavam na frente do local, pois João sempre deixava a bicicleta dele na frente encostada quando estava na casa.

Fomos recebidos por Lurdes, que era uma senhora já com seus 70 anos. Ela nos chamou para entrar e sentar na mesa da cozinha, pois ela tinha que ficar de olho no marido, que estava tomando um sol em uma cadeira na área (que era conectada com a cozinha). Acontece que ele não estava bem naqueles dias, e tinha acabado de voltar do hospital. Além dos dois, também estava na casa uma sobrinha, que a estava ajudando Lurdes com os afazeres da casa nesses dias.

Sentamos na mesa da cozinha com Lurdes, e Gustavo a informou sobre a ligação que ele havia recebido do oficial de justiça. Lurdes então colocou que não gostaria de internar o filho, que ele estava melhorando em casa e que não via a necessidade do internamento, além de “*sentir uma dor no coração*” ao pensar nessa possibilidade. Gustavo pediu que Lurdes confirmasse que não queria o internamento de João, ao que ela manteve sua posição. Gustavo e Natália informaram que eles fariam um relatório relatando a posição de Lurdes, e enviariam este ao poder judiciário, já que o pedido de internação foi por eles realizado. Após esclarecido esse ponto, Gustavo e Natália perguntaram se Lurdes estava precisando de alguma coisa, e como estava o neto dela.

Para entender melhor, o caso de Lurdes chegou à equipe da Proteção Especial via Conselho Tutelar, devido a uma denúncia de que João, alcoolizado, tinha espancado seu filho adolescente, Neto. Na época ambos moravam com Lourdes, que já tinha a guarda do adolescente. Com essa denúncia e averiguação, quando a equipe da Proteção Especial começou a acompanhar a família também achou indícios de que João agredia os pais, pois eles mesmos relatavam que ele ficava muito agressivo quando bebia. Em razão dessa denúncia foi realizado o pedido de internação compulsória, e João não podia se aproximar de

Neto, pois ele tinha uma medida protetiva. Também em razão da denúncia, e do fato de que João não tinha condições de morar em outro local, Neto estava morando com a mãe, para quem a guarda tinha sido passada

No decorrer dessa visita foram passadas várias orientações, com relação à situação da guarda, pois Lurdes e a mãe de Neto estavam começando a discordar sobre questões financeiras. E também orientações sobre visitas de Neto na casa, e como estava João nos últimos tempos. Esse foi um dos pedidos que a equipe recebeu do Sistema Judiciário e de outros setores para intervenção em famílias atendidas.

Gustavo não realizava seu trabalho sozinho. No cotidiano tinha contato próximo com, pelo menos, duas outras pessoas atuantes na Política de Assistência Social. Uma delas era Natália, Assistente Social do Órgão Gestor. Natália trabalhava no serviço a 3 anos, e foi contratada após ser aprovada no mesmo concurso que Gustavo, mas entrou antes dele, tendo acompanhado também o trabalho da psicóloga que atuava ali anteriormente. Ela já havia trabalhado como Assistente Social em outros municípios tanto dentro da Proteção Especial quanto da Proteção Básica. Além de exercer a função de Assistente Social da Proteção Especial e do Serviço de Acolhimento Familiar, Natália auxiliava a gestora nas questões referentes ao Órgão Gestor, como gestão de sistemas e prestação de contas.

[...] porque daí a gente faz, eu principalmente, faço a parte da gestão dos sistemas. Aí faz prestação de contas, faz planos, faz um monte de coisa fora disso, aí tem os estudos de caso que a gente precisa ir no Conselho [Tutelar], tem reunião de rede, e aí vai acumulando tudo e a gente não consegue fazer o trabalho necessário dentro da média complexidade. A gente acaba fazendo muito a especial. E o que era dentro da média, a gente faz através de visitas, visitas a gente faz. Uma escuta qualificada (Natália).

Natália tinha uma visão crítica do que achava necessário para desenvolver a Proteção Especial dentro do Órgão Gestor. Em conversa, ela expressou que, na visão dela, eles não desenvolviam a Média Complexidade como deveria ser desenvolvida, e uma das razões disso era o número reduzido de profissionais no serviço em questão. Na conversa que tive com

Natália, ela falou sobre a trajetória da função de psicólogo que ela acompanhou desde que chegou ali.

[...] a gente tava com uma psicóloga, antes, a gente tinha uma psicóloga só pro família acolhedora. Ela era 40 horas então, era assim, uma mão na roda. Daí, tudo que era do família acolhedora, ela abraçava, ela ia atrás, ela fazia, então dava... uma amenizada. Aí não renovaram o contrato dela. Ela foi embora... e ficamos sem. Aí vai daqui vai dali vai daqui... aí o Gustavo assumiu a responsabilidade dela. O Gustavo se acidentou. Aí 'ai agora o que que a gente vai fazer?!'. Chama a Daniela que é psicóloga do Conselho Tutelar. Aí ela veio fazer 20 horas aqui. Ela fazia 20 horas no Conselho e veio pra fazer 20 aqui. Aí ela ficou com o grupo do Gustavo, pra fazer a noite, ficou com o família acolhedora... e aí na segunda-feira ela ficava aqui o dia inteiro e na quinta na parte da tarde. [...] Quando o Gustavo voltou, ela ficou só com o família acolhedora. Agora também já não vai poder mais, por causa dos cortes de gastos aí... eles pagavam ela como hora extra, e aí já não vai poder mais, aí teve que retirar ela do cargo de psicóloga do família acolhedora e voltou pro Gustavo (Natália).

Outra figura sempre presente era a de Mariana, gestora da Secretaria de Assistência Social do município. Mariana era funcionária estatutária do município, tendo sido aprovada no mesmo concurso que os outros dois técnicos, para o cargo de Assistente Social. No município, ela havia atuado como técnica do Conselho Tutelar e do CRAS. Fazia apenas três meses que ela estava na posição de Gestora da Secretaria da Assistência Social. Ela dizia ter assumido a posição “no susto”, por pedido do prefeito, pois a gestora antes dela pediu para sair do cargo, e a prefeitura necessitava de um novo gestor. Dizia tentar não se envolver muito com o trabalho dos técnicos, e dar autonomia a eles para realizarem as intervenções que achassem pertinentes, até por ter experiência de como era estar no papel deles.

Além de Natália e Mariana, durante o tempo em que acompanhei o cotidiano do serviço passaram duas outras pessoas, na função de secretário geral. Uma delas era Magali, que quando cheguei fazia um mês que estava na Secretaria de Assistência Social, sendo que trabalhava antes na Secretaria de Saúde, também como Secretária. Magali achava que a secretaria era muito parada, quase não tinha nada para fazer, e então o tempo não passava. Dizia que estava acostumada com a correria, pois antes de passar para a Secretaria de Assistência Social ela trabalhava na recepção do posto de saúde, que era bem mais

movimentado. Magali ficou na função por volta de três meses, e então entrou Fábio. Fábio ficava na sede apenas na parte da manhã, pois, na realidade, estava de licença médica e estava ali apenas cobrindo o posto para não ficar vago.

Cada um, Gustavo, Natália e Mariana, tinha sua própria sala, que eram todas no mesmo corredor da casa. Todas as portas ficavam sempre abertas, a não ser que eles estivessem em atendimento. Como nem sempre havia alguém na recepção, as pessoas costumavam entrar e procurar quem era necessário. Quando chegava uma pessoa nova, não havia uma ordem estabelecida de atendimento, quem estivesse livre naquele momento (Natália ou Gustavo) fazia a acolhida, e, se fosse necessário, encaminhava o usuário para o outro técnico quando este estivesse livre. Quando era necessário realizar uma reunião entre os técnicos e gestora, eles costumavam sentar na mesa da copa, ou, quando o assunto necessitava de maior sigilo, na sala da gestora.

A boa convivência e trabalho em conjunto era muito valorizado pelos três. Mariana, em uma das conversas que tive com ela, disse que considerava o trabalho do Psicólogo essencial na Proteção Especial, pelo embasamento e sustentação que ele dava às ações em conjunto com o profissional do Serviço Social. Natália também colocou que não via o atendimento e acompanhamento sendo feito de uma forma isolada

A meu ver, eu acho que não existe proteção especial sem o trabalho do psicólogo. É um... tem que ser um trabalho em conjunto. Não dá pro psicólogo trabalhar separado do assistente social e o assistente social trabalhar separado do psicólogo, né. [...] Na proteção especial não vejo um trabalho separado. Chega a demanda, né. Chega aqui a demanda do... igual hoje, chegou a demanda da menina, né, que se cortou lá, e tudo. Não tem como o Gustavo ir lá trabalhar separado, e eu não saber o que que o Gustavo tá fazendo. Não tem como também eu trabalhar separado e o Gustavo não saber o que eu faço. Então a gente vai fazer visita, a gente faz a visita juntos (Natália).

Gustavo dizia que o trabalho em conjunto era necessário, e ressaltava que cada um tinha sua própria especificidade, mas que muitas vezes esse trabalho se mesclava, e que não era possível ver uma divisão clara de funções.

É essencial. Também. Porque, a gente depois de um certo tempo de trabalho, eu percebi que aqui na Secretaria, na Assistência Social, não tem uma divisão muito... rígida de funções. Por exemplo, a Natália acaba fazendo trabalho de psicólogo também e eu acabo fazendo trabalho de assistente social também. Então a gente costuma dizer que aqui tem técnicos de referência. E não o psicólogo com P maiúsculo ou Assistente Social com A maiúsculo e divididos. A gente tem uma coesão muito grande aqui, muito legal. [...] a interação entre psicólogo e assistente social aqui é muito satisfatória (Gustavo).

Segundo o documento de orientação do CPF (2016), o trabalho interdisciplinar dentro da Política de Assistência Social se faz imprescindível para o bom andamento do serviço. Esse trabalho corresponde tanto a troca de informações, como momentos de atendimento em conjunto, mas sempre se atentando às especificidades de cada profissional. Como coloca Campos (2000), muitos campos de saberes poderiam ser considerados como multidisciplinares, pois várias áreas se interessam e se debruçam sobre eles. Apesar disso, há um núcleo de identidade de cada área e de sua prática profissional.

Tanto Natália quanto Gustavo diziam que o trabalho em conjunto dependia muito do perfil de cada profissional, e que, para estar ali, tinha que ter perfil.

E além de não ter preconceito, ter... o gosto por fazer aquilo, por trabalhar com pessoas o que não é fácil... Então tem que ter um prazer em ajudar as pessoas, ser solidário (Gustavo).

Natália, em uma das conversas que tivemos, comentou que em outros momentos duvidou da necessidade do psicólogo na proteção especial, pois teve contato com profissionais que, segundo ela, não conseguiam desenvolver um trabalho dentro da Proteção Especial. Entretanto, atualmente via o trabalho do psicólogo como essencial e complementar ao do Assistente Social.

Então, pra mim, esse trabalho que ele faz dentro do grupo, essa acolhida que ele faz, as vezes tem que chegar na casa, as vezes, o Conselho [Tutelar] chama a gente na casa aqui agora ele chega, ele faz aquele, sabe, chega... eu não sei, parece que é diferente [...] o psicólogo [tem paciência], ele chega ali, ele ouve bem assim, ele presta atenção no que a pessoa tá falando, ele consegue dar um retorno (Natália)

Além da comunicação entre os profissionais da Secretaria de Assistência Social, havia também o contato constante com outros setores, principalmente Conselho Tutelar, CRAS e NASF.

A comunicação entre setores e instituições dentro do um serviço era feita de diversas formas, podendo ser realizada de forma oficial e documentada, por meio de reuniões, relatórios, comunicados e atas, mas também em conversas rápidas ou telefonemas. Na Secretaria a comunicação entre os atores do serviço e de outras instituições era parte do cotidiano do serviço. Reuniões com Conselho Tutelar e conversas com a Saúde eram parte da rotina semanal, sendo utilizadas para discutir fluxos de atendimento, o andamento dos acompanhamentos, ou reuniões emergenciais. A intersetorialidade é central na Proteção Especial da Assistência Social (Lima & Schneider, 2018), pois a equipe de referência sozinha não consegue responder todas as demandas apresentadas pelas famílias sozinhas. A articulação entre os diferentes setores que compõem a rede de serviços, deste modo, é necessária para o atendimento de forma integral.

A partilha de informações fora dos ambientes de reunião também era realizada, em rápidos momentos oportunos, de forma a tirar dúvidas e atualizar os pares. Momentos em que um profissional do CRAS passava para deixar o carro na Secretaria, ou em que Gustavo passava deixar um documento em outro setor, eram aproveitados para conversas rápidas e troca de informações. Devido à proximidade física dos setores e aos arranjos dos serviços municipais, o contato com os atores de outros serviços era rápido, sendo que Gustavo e Natália, quando precisavam de informações de outros setores, conseguiam contatar diretamente a pessoa que havia realizado o contato com o usuário, sem intermédio de um terceiro profissional.

Nesse acompanhamento em conjunto entre diferentes setores, era necessário firmar acordos entre as partes, para o melhor atendimento do público e para que todos soubessem o

qual era a função de cada serviço. Um desses acordos foi referente a Irene, que tinha 45 anos, e era acompanhada pela equipe da Proteção Especial fazia um ano. Recentemente ela tinha obtido o aval para visitar um de seus filhos na instituição de acolhimento em que ele estava, que se localizava em um município a 200 Km dali, e Irene não tinha como custear as visitas. Para que ela conseguisse visitar o filho, foi feito um acordo entre Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar, no qual cada mês um deles iria disponibilizar o carro e motorista para Irene, assim alternando os meses, sendo que a primeira viagem seria por conta do Conselho Tutelar. Já no primeiro mês essa negociação deu indícios de ter de ser revista, pois, no dia anterior a visita, Irene foi à Secretaria de Assistência Social informar que tinha passado no Conselho Tutelar, e eles informaram que eles não forneceriam o carro pois não era o mês deles fazerem a viagem. Rapidamente Gustavo apresentou a situação à Gestora, e esta cedeu o carro aquele mês para a visita de Irene, dizendo que depois eles se resolviam com o Conselho Tutelar.

A comunicação entre setores nem sempre é fácil, e depende do estabelecimento de um canal de comunicações claro entre os trabalhadores. Como colocado anteriormente, na Assistência Social temos um conjunto de diferentes profissionais, cada um com sua especificidade, e com um entendimento do território diferente, que nem sempre parecem compatíveis uns com os outros (Dourado e Scisleski, 2019). Outra situação em que foi necessária essa negociação foi uma das reuniões que pude acompanhar aconteceu logo no primeiro dia que cheguei no município. Tinha sido agendada uma reunião entre o CRAS, Proteção Especial, Conselho Tutelar, e NASF logo no início da manhã, na Secretaria de Assistência Social, a pedido do CRAS. A pauta era o serviço de acolhimento familiar municipal, e a possibilidade de uma das famílias do serviço estar dando indícios de não querer mais acolher a criança que estava com ela. Chegaram primeiramente a Assistente Social e Psicóloga do NASF, junto aos Conselheiros Tutelares e equipe multiprofissional do Conselho

Tutelar (Psicóloga e Assistente Social). Somado a eles, estavam já presentes Gustavo e Natália. Logo de início alguns profissionais já expressaram seu descontentamento com aquela reunião, colocando que ela não era necessária, pois, no entendimento deles, não havia riscos de a família abandonar o programa, e que eles tinham diversos outros afazeres, então não podiam perder tempo ali. Em resposta a isso, outros (dentre eles Natália) disseram que eles poderiam aproveitar a reunião para esclarecer o porquê não viam esse risco, e atualizar todos com relação ao andamento dos acompanhamentos e atendimentos.

Na cidade os encaminhamentos para outros setores eram realizados por meio de relatórios, os quais os próprios profissionais que protocolavam nos locais desejados. Gustavo, Natália e Mariana revezavam na tarefa de protocolar os relatórios e encaminhamentos. Os relatórios para a justiça, que deveriam ser protocolados no Fórum de Justiça na cidade vizinha, sede da comarca, normalmente eram levados por Gustavo, e algumas vezes por Mariana, dependendo de quem iria para a cidade vizinha naquele dia. A confecção de relatórios é um dos encargos dos profissionais da equipe técnica da Proteção Especial (MDS, 2011), e era realizado tanto por Gustavo quanto por Natália. Essa atividade tomava boa parte do tempo de trabalho de Gustavo, pois haviam vários casos os quais a justiça solicitava atualização constante, o que acarretava em diversos relatórios semanais para serem protocolados. Além disso, quase que diariamente eram realizados encaminhamentos para os outros serviços ofertados no município, o que também era realizado por meio de um relatório explicando o atendimento, situação, e qual o encaminhamento desejado.

Um desses momentos foi o encaminhamento que Gustavo realizou para requisitar o internamento de um usuário para a Política de Saúde do município. Naquele dia, na parte da manhã, a mãe do usuário foi à Secretaria de Assistência Social, e foi atendida por Gustavo. Ela informou que o filho, já adulto, estava bebendo muito já fazia alguns meses, e que, atualmente, estava morando na rua, pois ela não tinha como deixar ele morando com ela, visto

que já tinha ameaçado de machucá-la, e ele não tinha outro lugar pra morar. Disse que estava preocupada com ele, pois ficou sabendo que a alguns dias atrás, algum morador não tinha gostado dele estar dormindo na frente de sua casa, e ameaçou a tacar fogo nele se não saísse de lá. Gustavo escutou a mãe, e informou a ela que uma solução possível seria solicitar à Política de Saúde o internamento do filho dela para o tratamento de alcoolismo.

Gustavo finalizou o atendimento, e já começou a redigir o encaminhamento do caso. Na parte da tarde fomos até a sede da Secretaria de Saúde, para protocolar o pedido com o gestor da referida Secretaria. Na sede da gestão também eram localizados os atendimentos de algumas especialidades como fisioterapeuta, dentista e, anteriormente, a psicóloga do setor da saúde. Esperamos a nossa vez na fila de encaminhamentos de usuários da saúde, e então entramos na sala para conversar com o gestor. Gustavo explicou a situação e a razão do pedido de internamento, e o gestor disse que conhecia o usuário, e que ele era um dos melhores operadores de trator da cidade, e que sentia muito que estava com problemas com o álcool.

Durante as minhas vistas pude ter contato com vários dos usuários acompanhados pelo serviço. Uma delas foi Laura, Tadeu e a filha deles, Yasmim, que eram acompanhados pela equipe da proteção especial fazia um ano, devido a encaminhamento do Conselho Tutelar e acolhimento familiar de Yasmim. Laura, como ela mesma diz, tinha “um caso recorrente de agressão” (sic.) contra sua filha, Yasmim. Na época do contato com Laura, fazia um ano que Yasmim estava acolhida em serviço de acolhimento familiar, ou seja, estava morando com outra família residente na cidade, temporariamente.

Laura relatou que conheceu o serviço de Gustavo por meio do grupo de apoio que ele coordenava. Quando Yasmim foi acolhida, Laura e Tadeu começaram a frequentar algumas atividades que eram oferecidas pelo município, pois achavam que assim teriam mais chances de Yasmim voltar logo a morar com eles.

Me informaram assim que seria bom eu ir. Então eu falei assim, então eu vou, né, eu falei pro Tadeu então vamos. Que aconteceu da Min ser tirada da gente, né. Ela tá... fez um ano agora em Julho que ela tá com uma... com uma família acolhedora, e... e daí falaram assim pra mim 'ah, é bom você frequentar alguma coisa que é mais fácil você pegar ela de volta'. Ai depois a gente ficou sabendo que tinha o grupo do Gustavo, porque também não, não é uma coisa muito divulgada, né, eu acho que deveria ser porque é um grupo muito bom. E... a gente começou a frequentar e desde de lá pra cá a gente frequenta o Gustavo, a gente vai no psicólogo, a gente vai no amor exigente também, que tem aqui na cidade vizinha, toda quinta-feira, e todo... essa rede assim, foi muito bom (Laura).

Laura e Tadeu frequentavam todas as reuniões do grupo de apoio que Gustavo coordenava, e, mesmo quando um não podia comparecer, o outro comparecia.

Deve-se pensar criticamente na função dos atendimentos e atividades oferecidos à população, pois eles podem funcionar como condição para o acesso ou não restrição para a família. Como colocam Dourado e Scisleski (2019). “o grupo funciona como um dispositivo de segurança, já que barra ou favorece a circulação de Dona Maria em vários espaços da cidade ou mesmo dentro da própria rede de atendimento do SUAS.” (p. 90).

Em uma das reuniões que estive presente, no qual o assunto do encontro era educação dos filhos, Laura expôs que tinha dificuldades em criar a Yasmim, principalmente pois não recebeu cuidado parecido na criação dela, cuidado este que cobravam para ela ter com a filha. Disse também que não era uma pessoa paciente, e que isso dificultava na criação da filha.

Laura colocou na entrevista que após o contato com o psicólogo da proteção especial, ela indicou que houve uma mudança na ideia dela de criação dos filhos.

Ah, é bem interessante [o grupo de apoio], eu entendi muitas coisas que eu não entendia [...]. Muitas coisas que... as vezes eu achava que era certo, porque lá na minha criação foi certo, nessa de hoje não é. [...] Quando eu cheguei lá eu não sabia que existia o ECA. É, eu tinha ouvido falar mas eu não sabia de fato quais eram as leis. E depois que o Gustavo começou a falar eu comecei a estudar um pouco do ECA, até tenho ele em casa. E... o Gustavo explica muito sobre os deveres, e os deveres das crianças também dos pais, é muito bem explicado (Laura).

Em 2016... como eu tenho um caso recorrente de agressão a quase dez anos. Tinha, mas graças a Deus já me livre disso. É... pra mim era difícil, por que quando a Min foi tirada de mim, é, o Gustavo explicando eu consegui entender, porque eu tinha errado muita coisa. Eu fiquei muito inerte na minha depressão, e não prestei atenção nos cuidados dela. Então... o psicólogo nessa parte assim é essencial (Laura).

Um dos papéis do profissional da Assistência Social é a de orientar os indivíduos com relação a direitos e deveres (MDS, 2011). Laura, em sua fala, colocou diversas vezes a questão da orientação como algo positivo, que proporcionou a ela outro entendimento do seu cotidiano.

Outro momento presenciado, na relação família-psicólogo, foi entre Tadeu e Gustavo. Nessa época Yasmim já havia voltado a morar com Laura e Tiago, estes que, no momento, estavam em processo de divórcio. Em um dos encontros em que Laura não pode ir, apenas se fez presente Tadeu, e este, no final das atividades, ficou conversando com Gustavo sobre algumas imagens que ele tinha mostrado durante o encontro, sobre motos (assunto que os dois gostavam). No meio dessa conversa Gustavo lembrou de avisar a Tadeu que ele precisava conversar com Yasmim, pois iriam retomar os atendimentos individuais, e pediu a Tadeu que ou ele ou Laura trouxessem ela, qualquer dia daquela semana, para eles combinarem o horário dos atendimentos. No próximo dia, logo no início do expediente, Tadeu foi à Secretaria de Assistência com Yasmim, para ela conversar com Gustavo. Disse que aproveitou o tempo que tinha antes de ir ao trabalho para levá-la. Com isso, Gustavo perguntou a Yasmim como estavam os horários dela, e que dia eles poderiam marcar para retornar os atendimentos. Não só eu me atentei a prontidão no retorno de Tadeu com a filha, mas também Gustavo, já que ele fez o pedido em uma conversa tão casual com Tadeu.

A conversa informal, a orientação no meio da rua, as visitas domiciliares, todas esses são momentos que permitem que o profissional tenha contato mais próximo com a situação vivida, e assim acesso a outras informações que nem sempre são acessíveis em apenas um relato (Ribeiro & Guzzo, 2014).

Em uma das primeiras visitas ao município, conheci a história do Sr. Otávio. Na época, ele era um senhor aposentado, na faixa de seus 60 anos, e tinha acabado de ser internado em uma casa de repouso da cidade vizinha. Gustavo contou que conheceu Otávio no

hospital, que entrou em contato com a Secretaria de Assistência Social, visto que Otávio estava internado devido a ter contraído uma séria infecção no pé (o chamado “bicho de pé”), e assim pensavam que ele poderia estar em condições precárias de moradia, e sabiam que ele não possuía nenhum familiar na cidade.

Sr. Otávio morava de favor em uma casa na zona rural do município. Após realizarem a primeira visita, e verificarem que ele estava em condições de moradia precária (sem energia elétrica, sem rede de saneamento básico, e a casa tinha vários buracos onde poderiam entrar bichos), conversaram com Otávio e, posteriormente, com o dono da propriedade para que Otávio fizesse algumas reformas na casa. Apesar de Otávio ter aceitado a ideia, o dono da casa disse que não queria que ele morasse mais lá, pois Otávio tinha invadido a casa, e teve momentos que ameaçou os funcionários que trabalhavam na propriedade com uma espingarda. Assim, a equipe pediu o internamento involuntário de Otávio, e este, após conversa com Gustavo, foi levado a casa de repouso. Isso aconteceu alguns dias antes de eu chegar no município, sendo que acompanhei Gustavo quando este foi entregar as chaves da casa para o dono da propriedade. Gustavo realizava várias dessas pequenas tarefas durante a semana, como levar relatórios e atas para outros setores, e levar documentos para profissionais e usuário. A Secretaria de Assistência Social não tinha a disposição motorista ou alguém para fazer esse intermédio, então era realizado pelos próprios técnicos.

Voltado a Otávio, passaram-se algumas semanas, e na minha visita seguinte, Gustavo me informou que Otávio havia, naquela semana, fugido da casa de repouso, mas já tinha sido encontrado e retornado à instituição. Quando Otávio fugiu, a casa de repouso entrou em contato com a Secretaria de Assistência Social, e estes acionaram a polícia local e da cidade vizinha, para auxiliarem nas buscas. Gustavo e a equipe chegaram a visitar a casa que Otávio morava anteriormente, mas não encontraram ninguém lá. Dias depois da fuga, Gustavo relatou que recebeu um telefonema a noite da polícia, quando já estava na cidade onde

morava, de que Otávio havia sido encontrado e estava no hospital, mas que o policial de plantão não podia acompanhá-lo pois tinha outra ocorrência para atender. Nisso Gustavo foi ao hospital do município, e ficou como acompanhante de Otávio enquanto contactava a casa de repouso para agendar o retorno dele. O que teve que ser negociado, pois Otávio retornou ao município para pegar uma quantia de dinheiro que tinha enterrado na propriedade onde morava, e a instituição colocou que não poderia levá-lo com aquele dinheiro em mãos. Eles entraram em um acordo que no próximo dia cedo iriam levar Otávio para depositar o dinheiro em sua conta. Tanto os técnicos da instituição quanto Gustavo não achavam que Otávio iria ficar muito tempo internado, e que tentaria novamente sair de lá. Em razão disso, naquela semana Gustavo estava começando a procurar casas para alugar na cidade, que Otávio conseguisse pagar com sua aposentadoria.

Por último tínhamos Irene, 45 anos, que começou a ser acompanhada após o abrigamento dos filhos. Dizia que na época do acolhimento, a um ano atrás, o marido dela estava preso, e os filhos não a obedeciam mais. Ela estava sempre bebendo, chegando a ponto de perder a paciência com os filhos, e, em vez de colocar de castigo como fazia antes, começou a querer bater neles.

Na depressão que eu tava, eu não tava sabendo controlar as criança, assim, né? Eu... pra não fazer algo com eles... assim... pra não fazer algo que venha a me prejudicar também eu pedi ajuda do Conselho Tutelar... aí eles vieram, né? Mas agora eu quero meus filhos de volta, eu tô lutando agora pra isso (Irene).

Os dois começou a brigar entre si, o meu mais velho puxava faca pro meu mais novo. Eu não tava já bem, eu já... tava com depressão, né? Evoluída assim, bem atacada, e eu não tava tomando nenhum tipo de medicamento. A única coisa que eu tava, eu tava ainda no álcool, que eu bebia. Tava bem... como dizem, bem desbocada mesmo (Irene).

Irene tinha a Secretaria de Assistência Social como um órgão que ela podia recorrer caso tivesse problemas com os outros serviços, “Essa Secretaria cuida das outras também”, colocava ela. Durante o tempo que fiquei na Secretaria de Assistência Social, pude encontrar Irene diversas vezes. Ela ia atualizar a equipe sobre como estava a vida dela, atualizando-os

sobre a situação de seu marido, que estava preso, ou sobre alguma dificuldade, como a situação do carro para visitar o filho. Em outro trecho da conversa que tive com ela, Irene colocou

A gente se sente importante também. Se sente que a gente não tá só falando em vão, a coisa tá andando. É um processo lento, mas anda (Irene).

Irene estava falando sobre o acolhimento da equipe do serviço, colocando que todas as vezes que fora lá ela era bem recebida, e, mesmo quando estavam em reunião, os profissionais paravam para atendê-la. A acolhida é uma das seguranças providas pelo atendimento, consistindo em oferecer uma escuta especializada, um local adequado ao atendimento, além de informações e orientações para os indivíduos (MDS, 2005a)

6.2 QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES

Um ponto que se repete em várias situações é a ligação próxima do trabalho na proteção especial com o Sistema Judiciário. Entrega de relatórios mensais, acompanhamento de famílias a pedido, internações compulsórias, e outras atividades fazem parte do cotidiano do serviço. A questão é até que ponto essas ações são compatíveis com os objetivos da proteção especial e de uma prática profissional transformadora. Como colocam Dourado, e Scisleski (2019), algumas ações acabam por, em vez de trabalhar em um viés de transformação, apenas ditar o acesso ou não da família ao objeto ou pessoa desejada. É preciso avaliar criticamente as ações realizadas a pedido do Sistema Judiciário, a fim de que o serviço seja complementar, e contribua com base em seus próprios objetivos, não permitindo que profissionais se tornem apenas braços municipais do Sistema Judiciário.

Nas interações com os usuários e outros profissionais, surgiram falas relacionadas a postura de Gustavo como psicólogo, e como isso contribuía com o trabalho ali realizado. Gustavo buscava manter uma posição ética de não culpabilização das famílias e usuários, e

trabalhava muitas vezes orientando-os sobre direitos e deveres, o que é parte essencial do trabalho dos profissionais da Política de Assistência Social (MDS, 2005b). Essas orientações devem ser realizadas seguindo os preceitos éticos da profissão, e sempre atenta aos fatores histórico, econômicos e sociais das famílias atendidas (CFP, 2016).

Outro ponto a ser notado é a questão da formação do profissional. Assim como os profissionais entrevistados por Silva e Cezar (2013), Gustavo colocou também a pouca informação que recebeu durante sua formação acadêmica sobre a Política de Assistência Social. Isso pode ser observado também em falas dele como “essa foi uma segunda faculdade para mim”, indicando que muito do aprendizado foi realizado na prática. Também é possível notar isso quando ele coloca que no serviço eles não têm uma divisão muito rígida de funções. Deste modo, há de se considerar o quanto a formação de psicologia está preparando os profissionais para entrarem nessa área. Uma formação crítica que considera o papel do psicólogo dentro da Política de Assistência Social é preciso (Senra & Guzzo, 2012), para que assim possamos aprimorar a atuação em direção à realidade e necessidades da população atendida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Proteção Especial, dentro da Assistência Social, busca atender as famílias e indivíduos que, por alguma razão, estão com vínculos familiares e comunitários fragilizados em razão de violência e violação de direitos. Para a execução desse serviço, existem algumas concepções que balizam o trabalho. A matricialidade sociofamiliar, que seria família como núcleo básico do sujeito e principal unidade de intervenção; a proteção proativa, sendo que o maior foco das ações deve ser na prevenção; a territorialização, como base de organização do sistema, para que os serviços estejam próximos a população atendida; e a integração das políticas, pois as vulnerabilidades da família não são referentes a um só âmbito, fazendo-se necessário o trabalho intersetorial para uma intervenção integral.

Quando pensamos em uma prática voltada para o cotidiano, este como lugar de ação, onde se faz a vida dos sujeitos, temos que olhar para além dos documentos. Uma prática voltada para o cotidiano leva em conta as particularidades de cada território, em um diálogo constante entre os diversos atores que o compõem. Isso, na práxis do psicólogo aqui relatada pode ser visto nas formas de negociação com o lugar feitas no dia a dia. Essa atuação focada nas questões do território, das famílias e indivíduos atendidos, favorecia a confiança e vínculo que era estabelecido entre pessoas atendidas e o profissional. A escuta atenta do psicólogo foi colocada como um dos diferenciais do profissional naquele contexto, escuta essa que fortalecia a acolhida das famílias, e também o vínculo delas com a equipe.

Vários desafios eram presentes para a atuação da equipe e do psicólogo. Dois que se destacaram foram a sobrecarga de funções, e o corte de verbas que estava ocorrendo no município. O psicólogo era responsável por ações da Proteção de Média Complexidade e Alta Complexidade, o que trazia uma sobrecarga de trabalho, não possibilitando, como colocado por uma das profissionais, a execução dos serviços assim como era previsto nos documentos. A atuação em múltiplas funções era consequência de cortes de verbas, assim seguindo a maré

de precarização dos serviços da seguridade social que tem sido vista nos últimos anos no país (Bastistelli & Cruz, 2019).

Para finalizar, o estudo aqui realizado teve um intuito exploratório, de forma a discutir sobre a práxis de um psicólogo na Assistência Social, na Proteção Especial, em uma cidade de pequeno porte onde esse serviço é ofertado por equipe de referência localizada no Órgão Gestor da Assistência Social. Junto a isso, buscou-se analisar os intertextos que atravessam as práticas do psicólogo nesse lugar, e colaborar com a construção de saberes e práxis voltados para o cotidiano do lugar. Novamente, aqui se propôs a discutir as particularidades de um trabalho em um certo local, pensando nos discursos que compunham a trama do lugar. A escolha do local foi proposital, pensando na regionalização do conhecimento em levar a pesquisa para outros lugares que não os grandes centros urbanos. Assim, outras pesquisas na área são necessárias, de forma a pensar novas possibilidades de atuação em outros lugares e territórios.

REFERÊNCIAS

- Battistelli, B.M. & Cruz, L.R. (2019). Cartas à Assistência Social. In: Cruz, L.R.; Guareschi, N.; & Battistelli, B.M.. *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. (p.15-35) 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cardia (1994). Percepção dos direitos humanos: ausência de cidadania. In: Spink, M.J.P. (org). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*, São Paulo: Cortez. P. 15-58.
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 15(4), 679-684.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>
- Carrara, K. (1996) A psicologia e a construção da cidadania, *Psicologia: Ciência e Profissão*, 16, p. 21-17.
- Chauí, M. (1985/2014) *Conformismo e resistência (Escritos de Marilena Chauí)* [livro eletrônico]. São Paulo: Autêntica. ISBN 978-85-8217-459-3
- Coimbra, C.M.B (2000). Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo, *Revista Psicologia Política*, 139-148.
- Conselho Federal de Psicologia & Conselho Federal de Serviço Social (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética do Psicólogo*. Brasília, CFP
- _____ (2011). *Como os Psicólogos e as Psicólogas podem contribuir para avançar o sistema único de assistência social (SUAS) – informações para gestoras e gestores*. Brasília, CFP.
- _____ (2013). *Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Brasília, CFP.
- _____ (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS)*. Recuperado em 27 de maio, 2019, de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>.
- Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Diário da União: Brasília, 5 de novembro de 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Recuperado em 20 de maio, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Dourado, A.G. & Scisleski, A. (2019). In: Cruz, L.R.; Guareschi, N.; & Battistelli, B.M.. *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. (p.88-102) 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.

- Guareschi, N.; de Lara, L. & Adegas, M. (2010). Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico*, 41(3), 332-339.
- Íñiguez, L. (2002) Construcionismo social e psicologia social. In: Martins, J.B.; EL Hammouti, N.D.; Íñiguez, L. (Orgs.). *Temas em análise institucional e em construcionismo social*. São Carlos: RiMa, 127-56.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Perfil dos municípios brasileiros - Saneamento básico: Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico 2017*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 (1993). Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Recuperado em 20 de maio de 2019 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm.
- Lieber, R.R.; Romano-Lieber, N.S (2010). O conceito de risco: Janus reinventado. In: Minayo, M.C. de S.; Miranda, A.C. de (Org.). *Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós*. (p. 70-112) 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Lima, F.C. & Schneider, D.R. (2018). Características da Atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(2), 347-362. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402017>
- Manzini-Couvre, M.L. (1994). Cidadania, cultura e sujeitos. In: Spink, M.J.P. (org). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*, São Paulo: Cortez. 123-0148.
- Martin-Baró, I (1996). O papel do Psicólogo, *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Minayo, M. C. S. (1994) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, 18. ed., Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Cidadania (2019). *Censo SUAS 2018: Resultados Nacionais*. Brasília: Coordenação-Geral de Vigilância Socioassistencial.
- Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome (2005a). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, MDS.
- _____ (2005b). *Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília, MDS.
- _____ (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: MDS.
- Nascimento, P. F. & Melazzo, E.S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social, *Revista Serviço Social, Londrina*, v. 16, n 1, p. 66-88. DOI: 10.5433/1679-4842.2013v16n1p66
- Heringuer, C. & Queiroga, L. (2019). “Militares do Exército dão 80 tiros em carro e matam músico na Zona Norte”. *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/militares-do-exercito-dao-80-tiros-em-carro-matam-musico-na-zona-norte-23580901>

- Oliveira, I.F & Costa, L.F.C. (2018). Psicologia e Política Social: história e debate. In: Cordeiro, M.P.; Svartman, B. & Souza, L.V. (org.). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, 32-44.
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris. Recuperado de https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf
- Pereira, K. Y. de L. & Teixeira, S. M. (2013) Redes e intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social, *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 12(1), 114 - 127. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12990/9619>.
- Pinheiro, O. G. (2013). Entrevista: uma Prática Discursiva. In: Spink, M. J. (org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 156 – 187) Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
- “Rapaz preso por assassinato que não cometeu é libertado no Rio” (2019, 24 de Janeiro). G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/24/rapaz-presopor-assassinato-que-nao-cometeu-e-libertado-no-rio.ghtml>.
- Reis, C.; Giugliani, S. & Pasini, V. L. (2016) Conversando sobre a Psicologia e o SUAS: Potencialidades e desafios para a atuação profissional dos psicólogos. In: Cruz, L. R. & Guareschi, N.M.F. (Org.). *O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social* Petrópolis, RJ: Vozes, Edição do Kindle.
- Ribeiro, A.B.; Paiva, I.L.; Seixas, P.S. & Oliveira, I.M.F.F. (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte, *Fractal*, 26(2), p. 461-478.
- Ribeiro, M. E. & Guzzo, R. S. L. (2014) Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e práticas psicossociais*, 9(1), p. 83-96
- Sanches Peres, R., & Santos, M. A. dos. (2005). Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em psicologia. *Interações*, 10(20), 109-126. Recuperado em 19 de junho de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Santos, B. S. (2013). *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento* [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez. ISBN 978-85-249-2243-5
- Sawaia, B.B. (1994). Cidadania, diversidade e comunidade: uma reflexão psicossocial. In: Spink, M.J.P. (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*, São Paulo: Cortez. P. 15-58
- Schmitt, A. A.; Nascimento, D. M.; & Schweitzer, L. (2016). Grupo com adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida: relato da experiência em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 11(2), 399-411

- Silva, R.B & Cezar, P.C.N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte, *Estudos interdisciplinares em psicologia*, 4(1), p. 80-98.
- Souza, J. (2018). *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: LeYa. ISBN 978-85-441-0728-7
- Spink, M.J.P. (2000) Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social, *Psicologia & Sociedade*; 12(112), p. 156-173.
- Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2004). Produção de Sentido no Cotidiano. In Spink, M. J. P. (org.). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 1-20). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. P. (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- Spink, P.K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano, *Psicologia & Sociedade*, 20 (edição especial), 70-77.
- Spink, P.K. (2018) Psicologia e Políticas Públicas. In: Cordeiro, M.P.; Svartman, B. & Souza, L.V. (org.). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, 13-31.
- Sposati, A. (2004). Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social, *Serviço Social & Sociedade*, 77. São Paulo: Cortez.
- Trindade, J, D. L. (2011) *História social dos direitos humanos* (3. Ed). São Paulo: Peirópolis.

ANEXOS

ANEXO A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – psicólogo

“Psicologia e Assistência Social: o psicólogo na proteção social especial na cidade pequena”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Psicologia e Assistência Social: o psicólogo na proteção social especial na cidade pequena”, a ser realizada em Japurá - PR. O objetivo da pesquisa é “investigar os saberes e práticas que atravessam a atuação do psicólogo na Política de Assistência Social, em específico na Proteção Especial de Média Complexidade, em cidades classificadas como pequeno porte”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma por meio de: (a) entrevistas sobre o seu trabalho na Política de Assistência Social, desde seu primeiro contato com a área até o momento atual, e suas percepções sobre fatores que influenciam o trabalho do psicólogo, como é a relação com usuários, e quais saberes que contribuem para sua atuação; e (b) observação, com o objetivo de compreender como o trabalho é organizado e realizado in loco, que será realizada durante o expediente no local de trabalho, por um período de 5 dias (não necessariamente corridos). Tanto a entrevista quanto a observação serão realizadas no local de trabalho, em horários previamente combinados, de forma a não gerar custos advindos da colaboração com a pesquisa ao participante.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os registros da entrevista serão gravados, transcritos e descartados assim que terminada a transcrição. Já os registros das observações ficarão sob a guarda da pesquisadora, assim como especificado na resolução do CNS nº 466/2012.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da

pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são possibilitar a reflexão e conversa sobre assuntos relacionados ao atendimento do serviço, além de contribuir na construção de conhecimentos sobre o serviço. Quanto aos riscos, há a possibilidade das perguntas da entrevista causarem mobilização emocional, assim é assegurado o acolhimento e atendimento breve por parte da pesquisadora no caso de algum desconforto maior ser comunicado.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá contatar Marília Kasprovicz, residente na Rua Estevam Mestre, 188, em Londrina – PR, por meio do telefone (43) 99850-4692 ou pelo e-mail marilia.kaspro@gmail.com, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, ____ de _____ de 201_.

Marília Kasprovicz

RG: 11.005.468-8 SSP/PR

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – usuários e outros profissionais

“Psicologia e Assistência Social: o psicólogo na proteção social especial na cidade pequena”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Psicologia e Assistência Social: o psicólogo na proteção social especial na cidade pequena”, a ser realizada em Japurá - PR. O objetivo da pesquisa é “investigar os saberes e práticas que atravessam a atuação do psicólogo na Política de Assistência Social, em específico na Proteção Especial de Média Complexidade, em cidades classificadas como pequeno porte”. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma por meio de entrevistas sobre como foi seu contato com o psicólogo da Assistência Social, e sobre sua percepção do papel do profissional em questão nessa política. As entrevistas serão gravadas e realizadas em local e horário previamente combinados, de preferência do entrevistado, de forma a não gerar custos ao participante.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os registros gravados serão transcritos e descartados assim que terminada a transcrição.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são possibilitar a reflexão e conversa sobre assuntos relacionados ao atendimento do serviço, além de contribuir na construção de conhecimentos sobre o serviço. Quanto aos riscos, há a possibilidade das perguntas da entrevista causarem mobilização emocional, assim é assegurado o acolhimento e

atendimento breve por parte da pesquisadora no caso de algum desconforto maior ser comunicado.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá contatar Marília Kasprovicz, residente na Rua Estevam Mestre, 188, em Londrina – PR, por meio do telefone (43) 99850-4692 ou pelo e-mail marilia.kaspro@gmail.com, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, ____ de _____ de 201_.

Marília Kasprovicz

RG: 11.005.468-8 SSP/PR

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____